

TRABALHADORES

PAGANDO PELOS ERROS DO GOVERNO

**três por
quatro**

Porto Alegre, primeiro semestre de 1983

Gauchismo, a
moda que não
pretende ser
tradicional

Página 11

Força nova no
cinema: Marcos
Magalhães vai
animar a tela

Página 5

Travestida de punk,
a geração
euteamomeubrasil
esqueceu
de tirar o mofo

**A vanguarda
antiga de
Porto Alegre**

Página 15

**Eleição:
Sindicato
vota na
oposição**

Página 3



COOJORNAL
CADÁVERES NA PAISAGEM FLUMINENSE

COOJORNAL

**CRIME
PUBLICAR
DOCUMENTOS
DO EXERCÍTO?**

PAGANDO POR CONTAR A VERDADE

Página 7 e central

**Povo se
une para
defender
direitos**

Página 13

Opinião

Está aí mais um final de curso. Novo batalhão de formandos sai a cata de empregos. A disposição de outrora, quando ingressamos na faculdade, cheio de esperanças, não há mais. Foi desgastada paulatinamente pelo tempo. Tempo em que passamos nesta faculdade e pudemos notar a realidade. Um ensino sem as condições para formar um profissional pronto para agitar a sua vida. Aquela velha história: a falta de materiais, equipamentos, etc. Agora é tarde para reivindicações, pelo menos para nós. Resta a luta. É começar de novo. Só que num outro esquema. É a luta da vida que certamente não será fácil. De qualquer modo, estamos na reta final de uma etapa. E nesses quatro ou cinco anos que passamos aqui alguma coisa ficou. Algum aprendizado restou. E um pouco do que nós guardamos está aqui. O jornal 3x4 que registra o esforço de uma turma em mostrar o seu trabalho.

O ensino superior brasileiro está totalmente caótico e falido, isto não é novidade nenhuma. Mas o escândalo do falso professor que durante dois meses deu aulas de macroeconomia na melhor faculdade de economia do país, a da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV), e que só se tomou um caso público porque os alunos resolveram falar com a im-

prensa, é realmente um caso inédito.

Alencar Mesquita Macena, estelionatário fichado na Polícia, se apresentou no final de fevereiro à FGV como professor de economia pós-graduado em Berkeley, nos Estados Unidos. No seu currículo de professor constava ainda uma passagem pela Fundação Getúlio Vargas carioca. Alencar Mesquita foi contratado pela FGV sem apresentar nenhum comprovante de seu currículo. Recomendado por professores da Fundação Getúlio Vargas do Rio e da USP, através de telefonemas por ele mesmo forjados, o impostor enganou a diretoria da fundação, que em nenhum momento pensou em comprovar os dados.

Alencar Mesquita crê inclusive que a crise internacional deva-se à morte do xá iraniano. E não escondia suas idéias de ninguém. Tudo bem, os jornais, programas de televisão até aceitavam a hipótese já que ela saía da boca de um professor da FGV. Louco ou clínico, Mesquita virou um escândalo. A Fundação Getúlio Vargas queria abafar o caso, pois sua incompetência ficou toda a mostra. Eles só descobriram que Mesquita era um impostor porque no final de abril ele se negou a apresentar sua documentação.

Nessa aventura de dois meses, Mesquita arrumou um pouco de dinheiro emprestado, debateu com empresários na TV Bandeirantes e escreveu um artigo sobre

inflação para a Folia de São Paulo. Deixou claro também que ganhar dinheiro não era seu objetivo, ele queria aparecer. E conseguiu.

Esta edição do jornal 3x4 é a primeira publicação dos alunos do Curso de Jornalismo Gráfico e Audiovisual da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da turma de Laboratório de Jornalismo Gráfico II do primeiro semestre de 83.

A iniciativa seria louvável mas não o é por um detalhe esta é a primeira e ao mesmo tempo a última tentativa dos alunos de elaborarem seu próprio jornal.

Sairemos da faculdade sem termos encontrado aquilo que procurávamos quando chegamos: um bom e eficiente curso de graduação.

Apesar de todas as dificuldades encontradas durante nossa permanência aqui, conseguimos nos formar com um pouco mais de bagagem do que no início. Um pouco pelas aulas, mas muito mais por conversas com profissionais da área.

E agora, com nossos diplomas na mão e a consciência das limitações do nosso aprendizado, saímos à luta, à cata de alguma oportunidade de mostrarmos que mesmo assim somos competentes e que, se jogados na arena, saberemos como dominar o leão.

Somos os formandos de julho de 1983:



Blásio: nova orientação

Blásio Hickmann, advogado, jornalista e professor com pós-graduação em Linguística Aplicada, assumiu em abril a chefia do Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS.

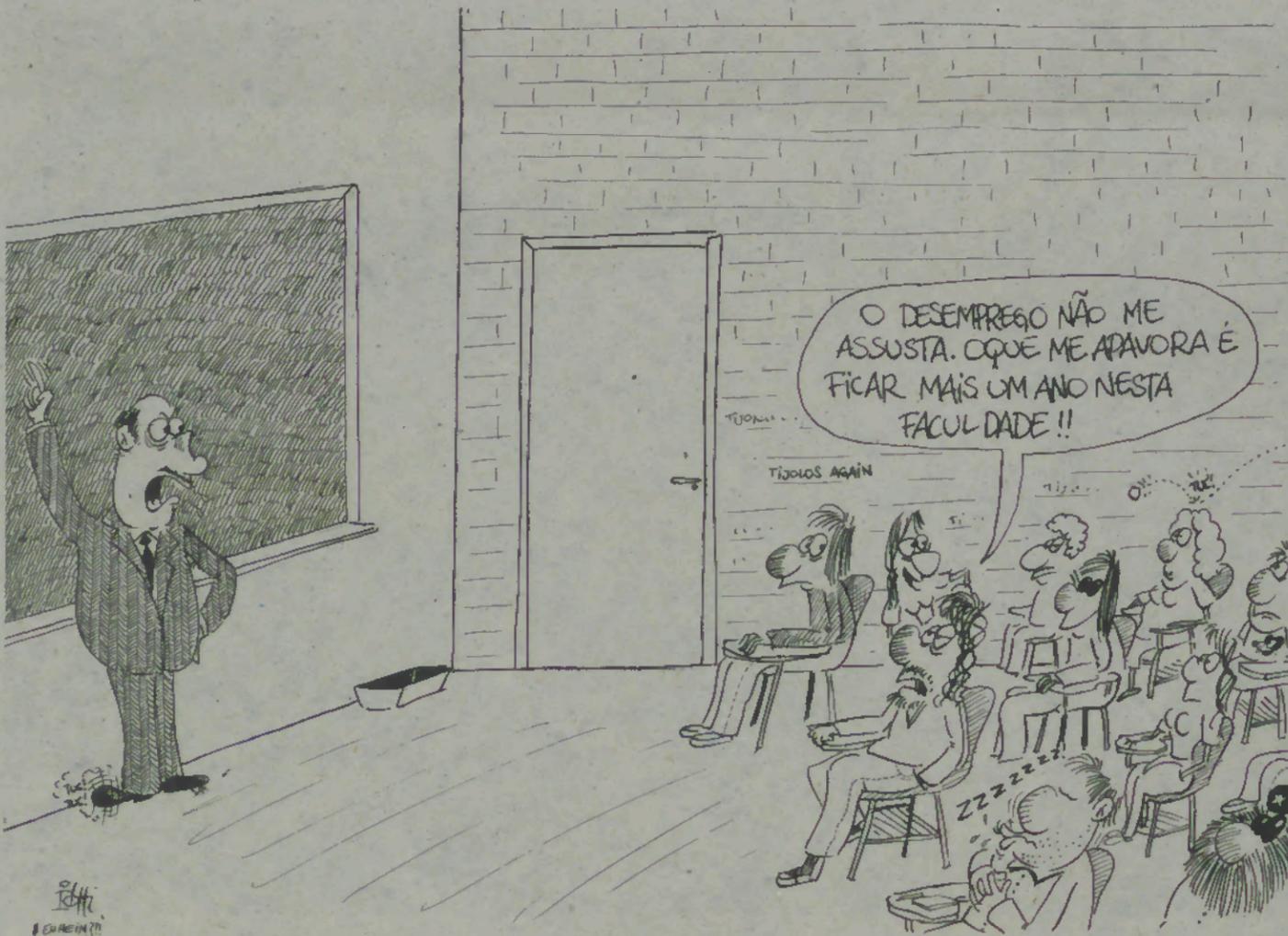
Falando sobre a situação e a política do órgão no contexto da Faculdade, destaca ele a transformação do jornal 3x4 em um veículo de integração entre as diferentes disciplinas do curso, buscando uma clientela definida e uma circulação mais assídua.

"Dentro da Universidade, constitui o Departamento a menor fração da estrutura universitária. Regimentalmente, isto vale para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal. Na prática, porém, ele desfruta de restrita autonomia, uma vez que os recursos orçamentários não lhe são designados no orçamento. Compartilha com os demais departamentos e órgãos da Faculdade dos míseros recursos destinados à Faculdade. De resto, o Departamento pode atuar livremente, desde que faça tramitar suas iniciativas através da Direção da Faculdade".

Blásio revela que o Departamento pretende posicionar-se em prol do curso de Comunicação Social, seus alunos e professores, como aliás, tem sido seu objetivo. "O Departamento procurará fazer tudo para a melhoria das condições de ensino-aprendizagem. Vamos nos empenhar, igualmente, em estabelecer contatos interdepartamentais e com as comunidades profissionais das classes às quais se destinam os egressos do curso".

Quanto ao novo currículo, o Departamento terá a preocupação de acompanhar a tramitação do projeto que se encontra no Conselho Federal de Educação, a quem compete fixar o currículo mínimo, pois o currículo pleno é aprovado na Comissão de Carreira do curso. "Aqui, o Departamento pretende atuar e colaborar intensamente, no sentido de conseguir a implantação de um novo currículo condizente com as necessidades atuais e futuras da Comunicação Social".

Finalizando, Blásio explica o seu desejo de transformar o jornal 3x4 num veículo dirigido à comunidade na qual se insere a Faculdade, "à semelhança de um jornal de bairro". Na opinião do novo chefe de Departamento, o 3x4 teria, portanto, uma clientela definida e a experiência do aluno viria de encontro à realidade jornalística atual. "Para alcançar plenamente este objetivo tentaremos integrar todas as disciplinas que de alguma forma concorrem para o ensino jornalístico: Laboratório, Técnica de Jornal e Periódico, Redação e Edição, Paginação e Revisão, Fotografia e Publicidade. O Atelier de Publicidade, por exemplo, cuidaria de comercializar o espaço que for destinado à publicidade. Isto traria uma vantagem adicional. O laboratório passaria a contar com recursos financeiros que reverteriam em seu próprio benefício. Assim também seria com as demais disciplinas: cada qual daria sua contribuição para um jornal efetivo, com clientela certa, circulando pelo menos mensalmente".



Expediente

Jornal-laboratório dos alunos do sétimo e oitavo semestre do curso de Jornalismo Gráfico e Audiovisual da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Edição do primeiro semestre de

1983, elaborada pelas turmas das disciplinas de Laboratório Gráfico I e II, sob a orientação dos professores Anibal Bendati, Luiz Carlos Vaz e Pedro Maciel.

Participaram desta edição:

Beatriz Bakalczuk Cantergi, Carlos Eduardo Garcia Miranda, Fatimari Lunardelli, Ott Lúcia Walper, Lisiane Gularte de Carvalho, Luiz Mário Trindade, Márcia Quartiero, Maria Helena Aveline, Marta Regina Sfredo, Paulo Roberto Acosta Dias, Rejane Salete Salvi, Riograndino Ta-

bajara Alves Branco, Roberto Rinsaburo Kodama, Roselaine Wandscheer, Rossana Margot Talavera Román, Sandra Pecis e Teniza Spinelli.

Chefe do Departamento de Comunicação: Blásio Hickmann.

Diretora da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação: Lília Maria Vargas.

Rua Jacinto Gomes, 540.

Composição, montagem e impressão: Gráfica da UFRGS.

Jornalistas votam oposição no Sindicato e na Fenaj

Vencedor das últimas eleições realizadas no Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre, Remi Antonio Baldasso é o novo presidente da categoria. Encabeçando a chapa número dois, Baldasso concorreu com o jornalista Luís Carlos Merten, representante da chapa oficial, a quem venceu na segunda rodada da votação (realizada nos dias 22, 23 e 24 de março), com uma margem de 83 votos. Na primeira eleição (dias 15, 16 e 17 de março) ambos obtiveram um total de 388 votos.

O fato mais importante, que marcou estas eleições, é que após 18 anos, foi a primeira na qual concorreram duas chapas. Baldasso explica: "Anos atrás, era inadmissível concorrer com vários candidatos, era necessário manter uma unidade, uma chapa única, para juntar toda a categoria na luta por uma melhoria no campo de trabalho, para garantir nossa atuação dentro da sociedade. Porém, o comportamento dos diretores do Sindicato que se acomodaram muito e não foram capazes de adaptar-se ao chamado nível de abertura, levou um setor da categoria a discutir a entidade; a partir daí surgiu a idéia de reformar o Sindicato, e de criar uma nova chapa".

Assim, duas idéias fundamentais foram defendidas por essa chapa: a necessidade do Sindicato se tornar uma enti-

dade mais aberta e democrática, na qual a categoria participe mais, e a importância dela ser atuante e dinâmica. Para atingir esses objetivos, os novos dirigentes se comprometeram a realizar uma série de atividades como debates e seminários, onde sejam discutidos os problemas que os jornalistas enfrentam atualmente, principalmente no que se refere ao nível de emprego e mercado de trabalho.

Baldasso diz que já está sendo formada uma Comissão de Mercado de Trabalho, para realizar um levantamento dos jornalistas desempregados, além de elaborar um estudo do campo de trabalho no interior. Além disso, a nova diretoria prometeu lutar pela jornada de trabalho de 5 horas, por um piso salarial de seis mínimos, garantia no emprego, direito de informação, pelo fim da lei de greve e de Segurança Nacional e pela criação da Central Única dos Trabalhadores. Outro dos objetivos é a de ampliar, junto com a Federação, a base do Sindicato a nível estadual, considerando que no interior do Estado não existem sindicatos — exceto em Passo Fundo.

Para demonstrar que a nova diretoria do Sindicato está disposta a concretizar suas promessas, o próprio ato de posse, no dia 22 de abril, constituiu-se em manifestação contra a Lei de Segurança Nacional. Empossado na Assembleia Legis-

lativa, Remi salientou que "transformamos esse ato em protesto contra um dos instrumentos mais visíveis de repressão, a Lei de Segurança Nacional, já que ela é um instrumento de exceção que tem servido para intimidar, para impedir que a sociedade seja informada".

Eleições diretas na Federação

Nos dias 25 e 26 de abril, foi eleita a nova diretoria da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), através da primeira eleição direta realizada pela entidade, a primeira já promovida no País desta forma por uma federação de profissionais. Os associados de cada sindicato votaram a três cargos: o de representante de sua base na diretoria da Fenaj, o de vice-presidente da região a que a base pertence (o País está dividido em cinco regiões), e o de presidente da Federação.

Para presidente existiam dois candidatos: Rogério Medeiros, de Espírito Santo e apoiado pela atual diretoria, e Audálio Dantas, de São Paulo, pela oposição. Para vice-presidente região sul, concorreram Ricardo Kotscho e Osmar Trindade, enquanto para representante de base da Fenaj disputaram o cargo Guaracy Cunha e Moema Bauer. Como não há vinculação de votos e o eleitor pode votar nos candidatos de diferentes

chapas, o resultado final foi o seguinte: Audálio Dantas venceu Medeiros para o cargo de presidente da Fenaj e Ricardo Kotscho e Guaracy Cunha, ambos da chapa de Medeiros, completaram a vitória para completar a representação gaúcha.

O novo presidente da Federação, Audálio Dantas, de 54 anos, tem o grande compromisso de continuar o trabalho até agora desenvolvido contra a Lei de Segurança Nacional e todos os processos arbitrariamente instalados contra os jornalistas brasileiros, diz o ex-presidente da entidade, Washington de Mello. Ex-deputado federal pelo PMDB, Dantas tem uma longa carreira. Ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, em 1975, durante sua gestão foi assassinado o jornalista Wladimir Herzog, episódio no qual desempenhou uma atuação decisiva, levando a elucidação do crime às últimas consequências.

As eleições para a nova diretoria mobilizaram 24 sindicatos em 21 estados; Audálio venceu em 13, Medeiros teve o apoio de 10 e no Amazonas houve empate. Os resultados serão apresentados na próxima reunião do Conselho de Representantes da Fenaj, em junho, quando será eleita, de maneira formal e oficial, a nova diretoria e indicados, entre os diretores de base eleitos, os integrantes dos cargos executivos da Fenaj.

O sarcófago falhou. Deu Alternativa 83

Na sexta-feira, dia 25 de março, quase dez da manhã, o clima no Sindicato, na sala onde ocorria o escrutínio, era de total imprevisibilidade. Havia muitos integrantes da Chapa 1 certos da vitória e muitos da Chapa 2 certos de que realmente haviam perdido. É claro que havia os da Chapa 2 e da Chapa 1 pensando exatamente o contrário. Mas ninguém, entre eles, esperava uma diferença maior do que dez ou quinze votos. Achavam até que a disputa seria voto a voto.

Mas a primeira uma aberta (o sarcófago) deixou a Chapa 2, presente em sua quase totalidade, de boca aberta. E fez com que os da Chapa 1 ficassem se entreolhando, procurando explicações. Na urna em que a 1 tirou 37 votos de diferença na primeira apuração (e esperava mais), o número de votantes aumentou e com ele o número

de "velhinhos da 1" como acreditavam todos. Mas o resultado foi de 196 votos para a chapa 1 e... 200 para a Chapa 2. A dois começava ganhando por quatro votos onde esperava perder. Mas se havia surpresas na urna um, poderia haver na dois e na três, e ninguém comemorou, embora tivesse vontade.

Quando se apurou a urna dois, entretanto, já não havia mais dúvidas de que a categoria havia se definido, mas pela Alternativa: 85 votos para a Chapa 1, 134 para a Chapa 2. A diferença subia de quatro para 53 votos. A alegria da vitória já era indistigável. Na urna 3, a diferença aumentou mais: 137 para a 2; 107 para a 1. 83 votos de diferença. 471 a 388. A Chapa 1 fez o mesmo número de votos do primeiro turno. A 2 fez mais 83. Alternativa 83. A



Muito tensa a apuração que elegeu Remi Baldasso novo presidente do Sindicato

da-feira: "A segunda votação começaria na terça. No tópico final da coluna, Rogério não apenas abriu seu voto para a dois, como qualificou os integrantes da urna de "pelegos e continuistas". Nas redações, naquele dia, procurava-se avaliar o efeito do tópico de Rogério. A Chapa 1 "gostou" das ofensas em termos de resultado psicológico. Achava que isso iria tirar muitos votos da 2, entre aqueles que se irritariam com Rogério. Os da 2, entretanto, minimizavam esse tipo de influência, ressaltando que todo o eleitorado sabia que o pensamento da Chapa não era o de Rogério. Mas uma nota da Chapa 1, divulgada no mesmo dia, mostrava que seus integrantes, entre desconsiderar as ofensas (e o próprio Rogério) e não deixá-lo sem um contra-ataque, preferiam expor-se ao risco de

atacá-lo, também, imediatamente. Na nota, a acusação de peleguismo era respondida com críticas à conduta profissional e lembranças de empregos de que Rogério só teria maiores contatos pelo salário. No dia seguinte, Rui Carlos Ostermann e Ibsen Pinheiro utilizaram espaços de suas colunas para responder a Rogério também. Ibsen e Ostermann estavam com a Chapa 1. E já recebiam as urnas os votos do segundo dia da eleição. No terceiro, Rogério comentava que "se a Chapa 2 ganhar, eu vou faturar o meio apoio; porque, se perder, eu vou levar a culpa". Um reconhecimento de que até mesmo o Rogério sabia dos resultados imprevisíveis do seu apoio.

O apoio mais temido da categoria.

A mobilização mexeu até com o Correião

Voto batalhado no corpo-a-corpo. Voto aberto de Vianinha — em vias de se aposentar — em carta aos companheiros, mudando da urna para a dois. Fotografia do Quintana circulando com a 2. Vaisas e risadas para a chegada de um dos integrantes da Chapa 1. Discussão acalorada (acalorada, sim) entre um homem de redação e o candida-

to da Chapa 1. Comentários de que o Correio todo estava fechado com a 2 (com a proposta de renovação no Sindicato). Isso até poderia ser considerado normal em qualquer outra redação. Mas do "lado de lá", na RBS, ninguém conseguia entender porque havia tanta disputa em torno da eleição na Caldas Júnior. E ninguém queria acedi-



tar que o foco da mobilização incomum estava na redação do Correio do Povo, no alto dos seus 86 anos de existência e com uma imagem externa de "redação de velhinhos", eleitorado potencial da 1.

Talvez seja o fato de que entre os "velhinhos" já exista um grande número de jovens na redação do Correio. Talvez algum

interesse que tenha escapado à Chapa 2. Talvez um outro motivo qualquer. Mas o fato é que foi no Correio do Povo que houve a melhor notícia da eleição. Praticamente toda a redação se interessou pela eleição e foi votar. E havia um apoio quase mágico à chapa 2, revelando uma grande ansia de renovação. No Sindicato, pelo menos.

Eleição no Sindicato, duelo de duas chapas

A eleição do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre começou antes mesmo das eleições de novembro, embora não fosse essa a intenção. A coluna Panorama Geral, do Correio do Povo, publicou uma nota informando da intenção de um grupo de jornalistas de lançar a chapa "Dignidade Profissional". A idéia morreu na casca, porque um dos seus líderes se irritou com uma referência no boletim do Sindicato, que a qualificava como "de direita" e, depois, uma charge que dizia: "Já se conhece a tendência da Dignidade Profissional. Ela tem o apoio do Rogério Mendelski". Depois de registradas as Chapas 1 e 2, ainda surgiu uma outra que não bus-

cou registro e que se dizia "alienada, peleguista e enrolada", numa clara ironia às duas existentes.

Mas as duas que realmente concorreram foram as lideradas por Luís Carlos Merten (Chapa 1), do jornal Zero Hora, e Remi Antonio Baldasso (Chapa 2), do mesmo jornal. As duas foram registradas depois de muitas tentativas de repetir o "chapa" e, depois, uma composição entre os possíveis candidatos, que vinha ocorrendo há bastante tempo no Sindicato. Desta vez, entretanto, as manobras para o "chapa" esbarraram na decisão de um grupo disposto a mudar esse estado de coisas.

Paulo Roberto Acosta Dias

Rogério, o apoio mais temido pela categoria

A atuação profissional ou a posição ideológica podem representar apoio decisivo numa eleição. Mas pode, também, ter consequências imprevisíveis. E o temor dessas imprevisíveis consequências foi, provavelmente, responsável pelo fato de o jornalista Rogério Mendelski ter-se consagrado nas eleições do Sindicato com "o apoio mais temido da categoria". Pouco depois da divulgação da nominata da Chapa 1 — ainda não se conhecia a nominata da 2 — isso ficou evidenciado. Rogério publicou em sua coluna na Folha da Tarde que "conhecida a chapa 1, muita gente já se definiu pela 2". Esse pequeno período serviu por um bom tempo com ironia dos simpatizantes da 1 para com os

da 2: Estás com a chapa do Rogério?

Mas os integrantes da Chapa 1 apostavam muito no anti-pretéio de Rogério, e chegaram a cobrar dele um apoio mais incisivo à Chapa 2 que, por sua vez, torcia para que isso não acontecesse. Antes do primeiro turno das eleições, muitos jornalistas como Rui Carlos Ostermann, Luís Fernando Veríssimo, Cid Pinheiro Cabral, Sérgio Jockymann, Paulo Santana e outros que dispunham de colunas abriram seu voto em favor de uma ou outra chapa. Mas Rogério não se manifestou.

Com a divulgação do resultado da primeira votação e o empate, Rogério resolveu abrir publicamente o seu voto na segun-

Lei de Segurança Nacional: a luta pela revogação

A revogação da LSN é, sem dúvida alguma, uma das maiores reivindicações da sociedade. Considerada arbitrária, a lei que dá às autoridades o poder de determinar o que atenta contra a segurança do país, não encontra muitos defensores no Brasil da abertura.

A Lei de Segurança Nacional (LSN), que está em vigor hoje, foi promulgada em dezembro de 1978 pelo presidente Ernesto Geisel. Embora tenha sido remetida ao Congresso Nacional, a lei não foi aprovada, passando pelo "decurso de prazo", mecanismo que aprova automaticamente projetos de interesse do Executivo não votados no prazo de 40 dias. Definida como um instrumento de exceção "autoritária e antidemocrática", a sociedade civil tem-se manifestado pela revogação da lei, vista com uma inadequação dentro do projeto de abertura.

Rigorosa, a lei que define os crimes contra a ordem pública e social e os atentados contra a Constituição, além da forma de governo por ela estabelecida, sofreu diversas modificações desde que foi editada em 1935. A mais importante delas se deu em 1965, quando a competência de julgamento de civis foi transferida do Código Penal para a Justiça Militar, através do AI-2.

Mas é em 1967, durante o período de Castelo Branco, que se promulga a primeira LSN sem a apreciação do Congresso Nacional. A partir daí, com a luta armada, as reformas tomaram a lei cada vez mais dura. Em 69, sob o AI-5, o Decreto Lei 898 implantou a pena de morte, inexistente no país até então. Esta lei vigorou até fins de 78, quando Geisel aprovou a atual LSN.

A Lei, se caracteriza pela falta de tipificação dos delitos, através de vagas expressões e definições. O artigo 36 da LSN, por exemplo, diz: "É crime incitar à desobediência às leis, à luta pela violência entre as classes sociais". "Quem é que vai determinar, que vai ter os critérios desta tipicidade, na forma penal, que possa ser enquadrado?", pergunta o juiz Celso Gaiger. "Assim também o artigo que diz 'exercer violência por faccionismo'. O termo faccionismo é muito vago. Hoje a gente pode chamar até torcedores de futebol de 'faccionistas desportivos'".

O que se critica então, da LSN, não está nas disposições que dizem respeito à Segurança Nacional — que podem fazer parte de um outro corpo legislativo. A crítica se estende àquelas outras disposições, que dão um poder arbitrário ao corpo policial e aos órgãos de repressão de determinar os fatos que atentem contra a segurança nacional. O deputado Antenor Ferrari, presidente da Assembléia Legislativa, argumenta: "Essa lei é uma lei que está acima das leis; é uma lei que dá ao Executivo, ao Presidente da República, às Forças Armadas e a própria Justiça Militar, condições de excepcionalidade para eles poderem interpretar os fatos sociais, da maneira que melhor lhes convier, e enquadrar qualquer cidadão, a qualquer momento e a qualquer hora, em seus dispositivos".

"Que lei é essa que abrange tudo, que é assim todo poderosa?", pergunta ainda Mercedes Rodrigues, que trabalha na Secretaria de Tesouro da Ordem dos Advogados do Brasil. "Essa lei que abrange tudo", diz ela, "significa uma grande censura que se impõe à população, em todos os níveis: jornalistas, padres, advogados, políticos, líderes sindicais, são presos ou ameaçados de serem enquadrados com base na LSN. Então, na verdade, toda a nossa vida está encerrada nessa idéia de 'Segurança Nacional', que censura nossa participação como cidadão e reforça o sistema que está aí".

Para a escritora Tânia Faillace, no momento que se decidir fazer uma lei de Segurança Nacional, deve ser mudado totalmente o conceito atual que se tem de segurança nacional. "O que seria segurança nacional? Seria a segurança das pessoas, da população contra a agressão estrangeira, contra a calamidade, contra a corrupção que vem existindo hoje, a defesa integridade da cultura, do território". Tânia, representante do Sindicato de Jornalistas de Porto Alegre na Campanha pela Revogação da LSN, propõe que seja "quebrado esse conceito existente de segurança nacional, que é tendencioso e extremamente parcial". Em vez de defender uma comunidade ampla e geral que é o povo brasileiro, ou as camadas todas com direito ao trabalho, à terra, "ela se preocupa com interesses bastante restritos, como os interesses dum regime que é conjuntural: não faz parte da formação étnica cultural brasileira", diz a jornalista.

Reformar ou revogar a LSN?

No dia 22 de março, foi instalada no Senado, a Comissão Especial constituída a partir da solicitação do senador Nelson Carneiro, do PTB, para reformular a LSN. Carneiro, que preside os trabalhos junto com o senador biônico Murilo Badaró, designado pelo governo para relatar os trabalhos, tem prazo de 90 dias para apresentar conclusões. Além deste trabalho de reestudo, existe também um projeto de lei apresentado pelo deputado Jorge Carone (PMDB/MG), à Câmara Federal, que revoga dez e altera dois artigos da LSN. Nenhum dos projetos pretende a extinção da lei e, para a maioria que está engajada na luta contra a LSN, não basta a simples revisão da lei. Para ela, é imprescindível a revogação da LSN e a eliminação das demais leis excepcionais que dão sustentação à ideologia da Segurança Nacional vigente no país desde 64.

Antenor Ferrari, por exemplo, é taxativo na sua afirmação: "Eu exigo a revogação pura e simples da LSN. Não pactuo da idéia de reformar". Tânia Faillace argumenta que uma simples revisão só serviria para deixar a lei 'mais boazinha', ficando de pé "a teoria da segurança nacional, que é um defeito ideológico". Gaiger concorda: "É evidente que se deve lutar pela revogação da LSN, pelo fim dessas disposições que atentem contra as garantias individuais, contra a liberdade de opinião, contra o direito de associação". Mercedes Rodrigues agrega que "a palavra revisão supõe que nós estamos aceitando a idéia dum LSN, só que achamos que ela tem algum excesso

aqui, alguma impropriedade ali, mas que nós basicamente concordamos com a idéia da ideologia de segurança nacional, o que não é certo".

Campanha pela Revogação da LSN

A Campanha que luta pela revogação da LSN é coordenada por um Comitê de Entidades, encabeçado pelo Comitê Brasileiro Pela Anistia do Rio Grande do Sul (CBA/RS) e pela Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa gaúcha, contando até agora com o apoio formal de 60 entidades, desde associações profissionais, sindicatos, centros acadêmicos e representantes dos diferentes partidos de oposição.

O surgimento desta Campanha, foi resultado de uma série de manifestações que começaram a aparecer logo depois que a LSN foi promulgada. "Já em 81", declara Tânia Faillace, "durante a primeira CONCLAT (Conferência da Classe Trabalhadora), em Praia Grande, São Paulo, a luta contra a LSN era uma das reivindicações prioritárias". Em 82, a OAB aprovou uma moção defendendo a Assembléia Nacional Constituinte e a revogação da LSN. A mesma moção foi aprovada pelos jornalistas gaúchos, no Primeiro Encontro que realizaram no ano passado. A OAB enviou também correspondência para todos os candidatos, parlamentares e a governadores, assim como para toda a área política, pedindo seus compromissos nesta luta pela revogação da lei.

Mas houve um período de relativa inatividade e os trabalhos só recomeçaram por insistência do OAB e com o suporte da Comissão de Direitos Humanos, presidida por Antenor Ferrari. Em consequência disso, no final do ano passado foi elaborado um selinho bastante vendido e distribuído na Feira do Livro, e em novembro foi realizado, também pelo Comitê de Entidades, um debate público com o jurista Heleno Fragoso.

Posteriormente foi elaborado um folheto mais amplo, dirigido especificamente a entidades, com uma análise do que é LSN e de como ela está sendo aplicada. "Esse documento é importante, por que mostra inclusive que as pessoas a quem a LSN poderia ser aplicada, não estão sendo enquadradas, como os responsáveis pela alienação do território brasileiro, que acontece em grandes projetos, como é o caso do Jari e de Carajás, além do terrorismo oficial e de ações de certos grupos, estes sim burlando a Lei de Segurança Nacional", enfatiza Tânia Faillace.

A Campanha, além de realizar esse tipo de divulgação justo às diversas entidades e que visa a obter o apoio destas na luta pela Revogação da LSN, tem-se manifestado nos movimentos análogos e que dizem respeito aos Direitos Humanos, apoiando atos públicos como o realizado contra a prisão dos jornalistas da Coojornal. Com este tipo de trabalho, a Campanha está começando a ter uma repercussão maior nos meios de comunicação, logrando atingir um público cada vez mais geral da sociedade brasileira, para "que esta perceba o alcance dessa lei", manifesta Mercedes Rodrigues.



Fim da
Lei de
Segurança
Nacional.
Uma exigência
da Nação.

Rigores da LSN prendem 23 e ameaçam mais 131 pessoas

No Brasil existem 154 pessoas enquadradas ou ameaçadas de enquadramento na Lei de Segurança Nacional, entre elas 16 jornalistas, além de padres, políticos, posseiros e líderes populares. Destes, 23 foram presos. Em Belém, foram presos os 13 agricultores sem terra do Araguaia; em Brasília, estão os padres franceses Arístides Camio e François Gouriou; e, os oito restantes são jornalistas presos por terem publicados artigos, reportagens ou declarações consideradas ofensivas às autoridades.

Entre os jornalistas presos, estão Juvêncio Mazarollo, editor chefe do jornal Nosso Tempo de Foz do Iguaçu, e os três diretores do jornal Hora do Povo, Cláudio Campos, Pedro Camargo e Ricardo Lessa. Enquanto os jornalistas ameaçados ou enquadrados na LSN, somam mais oito. Entre eles, estão os gaúchos Adelmo Genro Filho e João Batista Marçal; Alain Araújo, Hélio Fernandes Filho, Paulo César Branco (os três da Tribuna da Imprensa), Paulo Roberto Ferreira (editor do jornal Resistência, de Belém), Júlio de Mesquita Neto (diretor de O Estado de São Paulo) e José Carlos de Assis (da Folha de São Paulo).

Existem casos que não se tornaram públicos até agora, devido, segundo o ex-presidente da Fenaj, Washington de Mello, a que a maioria dos diretores sindicais de base não informaram a Federação sobre alguns jornalistas indicados. Um dos exemplos é Passo Fundo, onde se descobriu que existem cinco jornalistas ameaçados de serem enquadrados na LSN.

Em Porto Alegre, encontramos ainda o processo a que respondem os jornalistas Elmar Bones da Costa, Rosvita Saurensig Laux, Carlos Rafael Guimarães Filho e Osmar Bássio Trindade, os quatro da Coojornal (veja entrevista nessa edição). Eles estão sendo processados sob o Código Penal Militar, já que se fosse através da Lei de Imprensa, o regime teria que provar a falsidade ou tendenciosidade da reportagem publicada no Coojornal. Isto é impossível, devido ao fato de que os documentos publicados são do próprio Exército. Assim, o Supremo Tribunal Militar está acusando-os de terem cometido um "crime ameaçador" à segurança nacional, ao publicar documentos secretos do Exército.

Movimentar desenho em filme é simples

A figura alta, magra e meio desajeitada de Marcos Magalhães não faz supor que ele seja o tão aclamado diretor do filme "Meow", desenho animado que arrebatou o prêmio especial de curta-metragem do júri do Festival de Cinema de Cannes do ano passado. De lá para cá ele realizou outros trabalhos, entre os quais "Animando". Apresentado no Festival do Cinema Brasileiro de Gramado, o filme não levou nem um prêmio, mas foi aplaudido várias vezes pelo público antes mesmo que a projeção terminasse.

Encontrado, entre as muitas pessoas que enchiam o saguão de entrada do Hotel Serra Azul, em Gramado, Marcos Magalhães falou um pouco da sua vida e do trabalho que faz.

São 24 anos e muita experiência em desenho. Já aos 13 anos Marcos publicava no Jornal do Brasil, no Rio de Janeiro, onde nasceu, as aventuras de Jonnik, herói de uma história em quadrinhos para crianças. Aos 15, seu primeiro desenho animado, "A Semente", era exibido em festivais internacionais em Paris e Nova York. Falando sobre como o desenho animado o atraiu Marcos diz que sempre gostou de passar idéias, histórias. "Eu sempre quis fazer desenho animado, acho que sempre desenhei".

Se possível, Marcos quer trabalhar sempre com desenho animado. Na sua opinião este tipo de cinema é muito abrangente. "Para fazer cinema de animação é preciso ter noção praticamente de todas as artes: música, escultura, balé... Então eu acho que isso me abre muito".

Marcos não se considera um artista gráfico. "Nunca fiz coisas simplesmente gráficas". Para ele, são importantes, no trabalho que faz, as idéias que passa através dos desenhos. Em "Meow", por exemplo, o tema é a colonização cultural do nosso país. Em oito minutos ele conta as aventuras de um gato alimentado por dois donos diferentes. Um homem de roupa verde e amarela e outro vestido com as cores da bandeira americana, brigam pela posse deste gato que alimentam, um com leite, outro com Coca-Cola. No final, o gato não está satisfeito com ninguém. "Eu queria mostrar que, enquanto ele não decide batalhar por sua própria comida, sempre será vítima dos outros".

ANIMANDO (fala) de um cineasta (o próprio Marcos interpreta) que faz um filme de desenho animado, mostra suas várias tentativas infrutíferas de montar a história. Será fácil fazer um filme de animação? O certo é que os bonecos se mexendo são uma coisa meio fantástica... "Eu sempre achei mais fácil fazer desenho animado. A minha dificuldade é mexer com pessoas. Não sei manipular pessoas, ao contrário, eu sei manipular muito bem os meus desenhos", diz Marcos Magalhães. Apesar de considerar fácil, entretanto, ele pondera que é muito trabalhoso.

O princípio de fazer um filme de animação é simples. Marcos explica: "Em vez de filmar na velocidade natural cria-se um movimento. Um filme normal é

projetado numa velocidade de 24 quadros por segundo. Quando se filma é a 24 quadros por segundo, quando projeta também é a 24 quadros por segundo. No cinema de animação os 24 quadros são filmados na velocidade desejada. Pode ser filmado um quadro uma hora distante do outro". O resultado é que o tempo projetado nunca é o tempo real filmado. Um filme que aparece cinco minutos na tela pode ter levado um ano para ser feito.

A sensação é de que muitas pessoas devem estar envolvidas na realização de um desenho animado. Marcos protesta. "O trabalho pode ser feito por uma única pessoa. Eu sempre fiz sozinho. É uma questão de método". Em "Meow", por exemplo, até os miados do gato são de Marcos. "Eu planejei tudo nos mínimos detalhes, descrevendo o que acontecia a cada segundo, abrangendo todos os movimentos".

Marcos relaciona a importância do planejamento com as pesquisas que vem desenvolvendo na área de computação. Observa que o raciocínio que se faz com o computador é muito parecido com o da animação. "É preciso obter um resultado, e isto deve ser transformado em um programa, as etapas a serem seguidas para chegar a este resultado precisam ser detalhadas". O objetivo deste trabalho é descobrir o que é possível fazer em termos de cinema de animação no microcomputador. Segundo o cineasta Marcos Magalhães, este campo da atividade já é bastante desenvolvido no exterior, é hora de nós também fazermos experiências.

DEVIDO à falta de estrutura adequada e um mercado próprio, as pessoas que se dedicam ao cinema de animação logo desistem e partem para outra atividade. Por isso, Marcos Magalhães é quase um pioneiro nesta área cinematográfica. Na sua opinião, entretanto, o contexto nacional para este cinema está cada vez mais promissor. "Em termos de autores, de cineastas, existe e sempre existiram, desde os anos 50, obras e pessoas que fazem um trabalho de qualidade".

A nível de incentivo financeiro, Marcos fala que a Embrafilme tem dado apoio aos cineastas que desejam fazer animação. Por isso produziram filmes em todo Brasil. Marcos cita exemplos de produções no Nordeste, Bahia e em Pernambuco. Ele conta a própria experiência, com a



Marcos: abrindo caminhos

Embrafilme tendo produzido "Meow" e sonorizado "Animando". "Acho que eles estão dispostos pois a coisa tem dado certo, tem trazido lucros". Sobre estes lucros Marcos faz a ressalva: "Não são lucros de dinheiro, mas lucros institucionais, porque os desenhos animados feitos têm um valor cultural muito importante".

O objetivo que Marcos pretende alcançar, com seu trabalho, é desenvolver mais a animação. "Quero criar uma infra-estrutura para o desenho animado nacional na parte que me toca. No Rio de Janeiro, o que eu puder fazer, farei". Desta forma não está nos seus planos a realização de um longa-metragem. Considera que seria muito difícil e caro, tornando o resultado duvidoso.

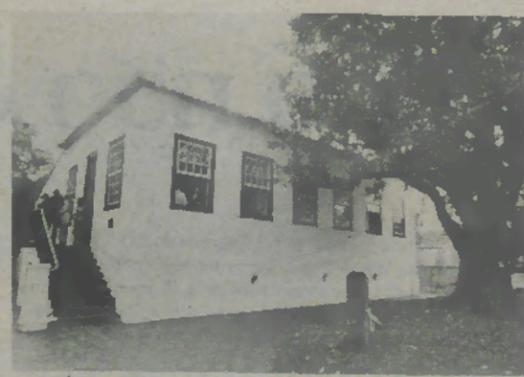
Ele diz: "Se um dia eu tiver uma idéia que seja consistente para aguentar duas horas de desenho animado eu farei. Eu quero ter uma idéia dessas, mas atualmente seria difícil". Segundo Marcos, é cedo para pensar num filme longo. Ele prefere amadurecer mais o trabalho que realiza. E, conforme seu jeito calmo e tranquilo, conclui, "Prefiro não atropelar as coisas, ir devagar, que eu chego lá".

ABORDANDO a questão de qual seria o público alvo deste gênero cinematográfico, o diretor Marcos Magalhães diz que é deformada a idéia de que o público atingido pelo desenho animado é a criança. Coloca o seu próprio trabalho como exemplo. "Nunca pensei em crianças quando fiz os meus filmes". O que ocorre, no entanto, é que a programação infantil da Embrafilme sempre contém estes filmes que não são feitos especificamente para a criança. "Isto é uma coisa que deve ser pensada, acho que o desenho animado para a criança deve ser feito para a criança, pois exige outra abordagem, outro jeito de tratar o assunto".

Acima da questão do filme feito especialmente para o público infantil, entretanto, Marcos faz uma colocação: "O desenho animado não é específico. Ele, ao contrário, é mais geral do que o filme porque abrange todas as pessoas, todo mundo que tem um pouco de sensibilidade se sente tocado". Na opinião do cineasta, a curiosidade natural do homem faz com que ele sinta o desenho animado. "Ele fica envolvido pela magia das coisas se mexendo, que não precisa ser desenho, pois cinema de animação é qualquer movimento criado quadro a quadro".

Uma prova do sucesso do desenho animado são os filmes do Walt Disney. Marcos cita este exemplo para dizer que o filme de animação tem público, mesmo sendo de longa-metragem. Lembra o filme brasileiro "Sinfonia Amazônica", realizado nos anos cinquenta, que também fez sucesso. "Mas eu nem era nascido", diz Marcos rindo: "Acho que tem público, um desenho animado de longa-metragem pode até ser mais sucesso de bilheteria que um filme com personagens humanos".

Fatimarlei Lunardelli



Moacir: destruindo mitos no Solar Lopo Gonçalves



Memória da cidade num velho solar

Lutando com dificuldades de todo tipo, o Museu de Porto Alegre tenta o convívio com a população para quebrar a imagem de que museu é apenas um depósito de velharias

Hoje é um dia muito feliz para nós, porque os homens de limpeza da Prefeitura vieram fazer a conservação, diz o professor Moacir Flores, diretor do Museu de Porto Alegre.

No Solar Lopo Gonçalves, onde se situa o Museu, na rua João Alfredo, 582, os homens da equipe de jardinagem municipal estacionaram um caminhão carregado de terra preta e se distribuíram pelos canteiros e arvores da antiga mansão.

Moacir Flores conversa com o chefe da limpeza dando instruções e pedindo para o grupo "dar uma geral lá pros fundos, onde eles ficaram de continuar o calçamento da entrada". Ele mostra um amontoado de paralelepípedos jogados a um canto do pátio, onde o mato já cresceu.

"Queremos fazer aqui neste meio hectare, em pleno centro da cidade, um parque aberto à comunidade. Pretendemos, inclusive, ajardiná-lo e plantar nele árvores nativas de Porto Alegre."

VISITAÇÃO

O professor Moacir Flores deseja incentivar cada vez mais a visita ao Museu. "Estamos buscando nos colégios as crianças, que certamente voltarão trazendo seus pais".

Desejando um museu dinâmico, com exposições variadas e intensa programação, Flores quer desfazer a idéia de que Museu é depósito de velharias. "Já tivemos um coral bem ali, debaixo da magnólia e já apresentamos, também aqui no pátio, um presépio vivo. As pessoas, ao ouvirem as músicas, vinham chegando espontaneamente."

INÍCIO

O Museu de Porto Alegre é um órgão da Divisão de Cultura da Secretaria de Educação do Município. Em outubro de 1978 Flores foi convidado por Luiz Osvaldo Leite e seu assessor, Assis Brasil, para montar uma equipe no setor de divulgação histórica da Prefeitura. Esse setor era remanescente da Biblioteca e do

Arquivo Municipal criados por Valter Spalding. "Ele tinha reunido muitas peças, objetos e fotografias e como eu tinha já organizado um museu de Antropologia e era professor da Prefeitura passei a coordenar uma equipe".

No dia 13 de março de 1979, o Museu de Porto Alegre foi inaugurado. "Ficamos mal alojados, num sobrado da rua Lobo da Costa, onde também funcionava o Arquivo Histórico da Prefeitura. Mas o que importava então era manter acesa a chama e fazer a implantação do Museu. Durante este período coletamos objetos, selecionamos, classificamos e limpamos peças. Visitei museus daqui e do país escolhendo o que havia de melhor ou fazendo adaptações".

"Nós não partimos de uma invenção, prossegue Flores. Foi tudo planejado e discutido e quando o projeto ficou pronto estava também pronta a minuta do próprio decreto".

O SOLAR

Imponente em seu estilo colonial, o Solar Lopo Gonçalves foi adaptado para ser o Museu de Porto Alegre. Para seu diretor, o prédio tem as deficiências naturais de uma chácara do século passado, a começar pela circulação. "Agora estamos lutando com a umidade, porque a nossa situação aqui na Cidade Baixa é de depressão em relação ao Parque Farrópilha e ruas vizinhas. Isso causa acúmulo de água neste pátio e muita infiltração nas paredes. Assim, somos obrigados a mudar determinados setores para o primeiro andar onde antes pretendíamos que fosse apenas a área de circulação dos visitantes".

No porão do Solar, onde ficava a antiga senzala, a intenção de Flores era implantar toda a parte técnica e administrativa, porém, agora, diante da umidade, o Museu passará para o andar de cima a parte de pesquisa, divulgação e biblioteca.

O Museu de Porto Alegre possui a "Biblioteca Valter Spalding", com livros raros sobre folclore, história e outros assuntos, num total de 3 mil volumes; e uma outra especializada em museologia e História de Porto Alegre.

"Estamos transformando o Museu numa espécie de centro de informações sobre Porto Alegre. Nós já fizemos um levantamento de todas as ruas e praças e estamos montando um arquivo com fichas de tudo o que se refere à cidade, tanto que, no futuro, pretendemos publicar uma espécie de dicionário histórico e geográfico da Capital do Estado".

PROGRAMAS

O Museu de Porto Alegre faz programações com escolas e monta exposições didáticas desde 1979. "Na Semana de Porto Alegre houve intensa visitação ao Museu, tivemos projeção de slides e historinhas de Porto Alegre para crianças. Com o desenvolvimento dessa atividade, estamos pretendendo, numa segunda fase, levar o Museu às escolas".

Moacir Flores refere-se ainda aos cursos que o Museu promove e que são o resultado das pesquisas permanentes que executa. "Os cursos que ministramos têm correspondido à expectativa da demanda", comenta. "Estamos realizando, atualmente, o quarto curso sobre História de Porto Alegre, especialmente destinado a professores de primeiro grau. No entanto, temos também outro tipo de público que nos frequenta, os arquitetos".

DIFICULDADES

O Museu de Porto Alegre não recebe dotação de verbas nem da Prefeitura nem do Estado. Por isso, vive dos cursos que promove. Mas o número de funcionários é insuficiente, explica Moacir Flores: "Há somente três pela manhã e dois à tarde, professores de História, pois não temos museólogos, o que é uma deficiência de todos os museus do Brasil. Não há pessoal técnico, por isso estamos preparando o nosso grupo e pretendemos, mais tarde, organizar um curso de museologia chamando professores de fora do Estado".

O acervo do Museu de Porto Alegre é herdeiro do que Valter Spalding juntou para o setor de divulgação histórica da Prefeitura. "Nós temos recebido também muitas peças por doação dos que fazem os cursos e também dos meus alunos de História da PUC e da UFRGS. É nossa política receber tudo e habitualmente colocamos as últimas doações numa vitrina para o doador conferir a entrada de sua peça no Museu. Mais tarde, porém, é que fazemos a seleção, já que muitas não entram no tombamento e ficam aguardando na reserva".

O professor Moacir Flores revela que pretende fazer um Museu específico de Porto Alegre. "Queremos expor objetos que digam respeito a uma época da cidade. Muita gente pensa que eu tenho que botar aqui a caneta do Alberto Bins ou o chapéu do Loureiro. Nada disso. O nosso objetivo é reconstituir uma época de Porto Alegre".

Teniza Spinelli

Velho não é supérfluo

Aluna do curso de Jornalismo, Roselaine Wandscheer participou do Concurso de Reportagem Universitária sobre o Idoso, promovido pela Liga Brasileira de Assistência. No Estado, foi classificada em segundo lugar, conquistando o primeiro a nível nacional. Aqui está sua matéria:

No Brasil, os idosos enfrentam cada vez mais os problemas do abandono, a maioria existindo como um peso morto para a sociedade que gradativamente lhes fecha os espaços. "Na realidade, este conceito de inutilidade não passa de um mito", explica a socióloga Mônica Siedler, "pois a velhice é uma fase natural por que todos passam". Mas a sociedade é tão preconceituosa que não está educada para utilizar a capacidade física e mental do idoso, nem o próprio idoso está preparado a ocupar o seu tempo de forma a sentir-se útil e aperfeiçoar a si próprio.

Os problemas da velhice começam a se tornar relevantes quando a expectativa média de vida está aumentando e a população de idosos cresce. Com o avanço da ciência médica e da tecnologia, observa-se o crescimento do período médio de vida no homem, que atualmente está por volta de 60 anos. Muitos problemas e doenças, antigamente fatais, hoje têm solução, e o ser humano vive por mais tempo.

Sociologicamente, uma pessoa passa por três fases distintas: a primeira, de formação da personalidade e aprendizagem; a segunda, de desempenho dos papéis preparados, onde a sociedade qualifica cada um pela importância do serviço que lhe presta; e a terceira, de lazer e descanso, além do ensino que o indivíduo pode prestar aos mais novos, em todos os sentidos. O mesmo acontece biologicamente, pois o ser humano cresce na fase de criança até a adolescência, estabiliza-se um pouco e, na velhice, ocorrem transformações naturais de envelhecimento das células humanas.

Mas, apesar de toda sua capacidade intelectual, o homem ainda não conseguiu desvendar os mistérios que rondam a velhice. "Talvez porque seja a última fase da vida e nunca sobre ninguém para contar a história", arrisca a socióloga Mônica Siedler. Ela continua: "A sociedade, composta por variados comportamentos individuais e culturais, abandona o idoso porque não o conhece. Abandonamos o que desconhecemos, por medo".

TRISTE ABANDONO

A socióloga afirma que todos são velhos, hoje ou amanhã. E a pessoa que abandona o idoso, abandona a si mesma, e perde a chance de se conhecer melhor, para quando chegar naquela fase. Existe também uma tendência de o próprio idoso começar a se afastar dos outros. "O abandono em qualquer idade é um ato de violência, pois faz a pessoa perder tudo que gosta", afirma Mônica. Ao ficar velha e se aposentar, a pessoa perde o *status* pelo cargo que ocupava, não produz mais e é discriminado. Já que numa sociedade capitalista, mão-de-obra produtiva significa capital. Outra perda sofrida é o desaceleramento da capacidade de percepção. Isto tende, quando muito adiantado, a formar uma alienação do indivíduo em torno de si mesmo, pois ele não mais consegue perceber os fatos dinamicamente. Existe uma tendência de os velhos se afastarem da sociedade pois as coisas acontecem muito rapidamente e ele sente uma desadaptação. Ao que Mônica comenta: "Aí sim eles vão se sentir abandonados, mas eles se fecham tanto em seu mundo que ninguém consegue entrar".

O abandono pode, ainda, dar-se de duas formas: quando morrem entes queridos, — fato superável pois eles o compreendem — ou uma saída mais comum da família que não quer um idoso em casa: a porta de um asilo. Segundo Mário Filizzola, gerontólogo, asilos são a pior violência que se pode cometer, uma injustiça social que transforma o velho numa praga social. Com o asilamento, afasta-se o indivíduo de tudo com que ele viveu. Cada objeto, para ele tem seu significado e identifica-o. Assim como cada filho ou neto representa uma história que o idoso ajudou a construir. Colocar uma pessoa no asilo só se justifica quando ela não mais pode morar sózinha, o que ainda é melhor, ou se houver incapacidade física ou mental.

Todo o miticismo que envolve o idoso necessita ser desfeito para que haja esclarecimentos sobre as necessidades dele. A sociedade não define seu papel, simplesmente coloca-o de lado, ignorando sua importância como ser humano. Na realidade, existe muito medo da morte, e a velhice é uma etapa muito próxima da morte. A socióloga Mônica esclarece: "Deve-se conversar com mais naturalidade sobre isso, o assunto tem que ser desmitificado". Do trabalho dos idosos de hoje e de ontem é que existe todo o conhecimento da sociedade. Deve haver um encadeamento de gerações para que a sabedoria seja passada adiante. Mônica afirma: "É desse respeito que deve haver mutuamente que as gerações de hoje adquirirão experiência".

O preconceito em relação aos velhos foi criado por pessoas que não se preocuparam sobre o futuro e que não tinham respeito por tudo o que significa o idoso. A partir do momento em que existem pré-conceitos formados sobre sua incapacidade de continuarem participando ativamente do meio social, os velhos estão condenados a serem inúteis. Mas Mônica afirma: "Já existe um conceito pré-estabelecido de que velho é uma pessoa acomodada, não participativa, esperando a morte. E isto está redon-

damente errado". Ela acrescenta que acomodação não é velhice. A velhice é um estágio natural da vida, que traz modificações biológicas, psicológicas e sociais, assim como na fase de adulto ou até em jovens. Muitos acreditam que a velhice é o estágio pleno da vida, onde a pessoa tem a capacidade de, após passar pela fase de estudo e pela de transformador, meditar sobre tudo o que viveu e aprendeu. "Está aí a oportunidade de ver se valeu a pena e passar as experiências adiante", fala a socióloga.

Outro preconceito muito falho que há em torno do homem é que ele volta a ser criança depois de velho. Mas, na realidade, há uma semelhança de comportamento entre ambos, apenas. Mônica explica melhor: "A pessoa pode usar subterfúgios como uma criança faz, mas simplesmente para chamar a atenção e conseguir a resposta que ela espera. Porque não há mais tanto a perder em termos de prestígio. O problema aumenta com o encadeamento muito grande de preconceitos, que pesam sobre o idoso: a sociedade, a família, seus amigos, e, muitas vezes, ele mesmo se reprime.

Existe um preconceito sobre velhice porque não se conhece nada a respeito, então se *pre-concebe* que, em sendo velho, não se é partici-



"Eles precisam é da compreensão dos jovens"

Josefina da Silva: 72 anos — "Eu sou velha de idade, mas pelo espírito não. Faço costuras, caminho bastante e cuido da minha vida..."

Lilla Galhardo Jacques: 74 anos — "Os velhos são muito relegados a um lado. A juventude não está mais ligando muito para os pais e avós. Nós temos muita tecnologia e isto endureceu o coração dos jovens. Mas um carinho, por pequenino que seja, significa muito para a gente."

Mauri Braga Xavier: 47 anos — "O velho pode fazer tudo, é só deixar ele fazer. Tem gente que não tem idade, um colega meu trabalhou até a hora da morte, aos 79 anos."

Elizabeti Garcia Duarte: 11 anos — "Eu gosto dos meus vovós porque eles me contam piadas e me levam para passear."

Jandira Sá: 73 anos — "Nós somos úteis porque podemos criar os filhos, netos e bisnetos. Temos muito amor e carinho para dar."

Mário Sá: 85 anos — "A velhice depende do próprio idoso, se ele julgar-se velho, cai mesmo. Não se deve perder o espírito da mocidade. Eu tenho vida de aposentado, crio meus netos, como, durmo e passeio com eles

no parque."

Irio Gonçalves Brasil: 41 anos — "Nós temos muito o que aprender dos velhos porque eles oferecem experiência e educação. O que a tecnologia tem de novo hoje, os antigos nos têm para ensinar com a sua experiência ao longo dos tempos."

Francisco Aguiar Júnior: 11 anos — "A velhice é uma coisa natural, porque todo mundo fica velho. Eu gosto do meu vovô porque ele me leva no jogo, e se ele fosse embora para sempre, eu iria ficar muito triste."

Rafael Pedrosa de Aguiar: 9 anos — "O meu vovô me dá carinho e presentes. Se ele fosse embora, eu iria chorar muito."

Roseli Aparecida Costa: 12 anos — "Eu sinto falta de um avô, porque os outros têm e vão passear com ele."

Luciano Monteiro Bem: 13 anos — "Os velhos conversam com a gente porque podem nos ajudar. Eles têm muita experiência para transmitir."

Édina Carvalho: 10 anos — "Velho não é inútil, ele tem muito amor, carinho e compreensão."

Luciano Ferreira: 9 anos — "Eu jogo xadrez com meu avô, mas sou eu que ensino ele. Acho que é mentira que quando eles

envelhecem, não prestam mais."

Luciana Leone: 12 anos — "Nós passamos, brincamos de jogo, e eles me ensinaram muita coisa boa, porque sabem o que é melhor para o nosso futuro."

André Calixto Alabar: 10 anos — "Eu converso sobre o que dá nas notícias, e eles têm muita experiência, e, por isso, temos que tratá-los com carinho."

Carlos Ponti de Leone: 13 anos — "Mesmo que eles sejam velhos, precisam de mais amor ainda. E colocar no asilo é uma judiaria, porque eles precisam é da compreensão dos jovens."

Marcelo Menegetti: 11 anos — "Colocar velho em asilo é errado porque ele também é um ser humano."

Fátima Felisberti: 19 anos — "Minha vó faz crochê, tricô e chinélos. Ela gostaria de ir para um asilo porque acha que incomoda a família, mas nós a amamos: Asilo depende da cabeça de cada um. Atualmente os asilos não estão em boas condições, os velhos não são atendidos no que eles precisam. Afinal, eles já trabalharam para esta nossa sociedade, e quando chega a hora de alguma retribuição: nada."

pativo. Não se tem condições físicas e mentais de acompanhar o trabalho dos outros e nem de opinar sobre as coisas que estão acontecendo. A socióloga questiona: " Perguntem aos velhos se eles não querem participar!".

LAZER / TRABALHO

Essencialmente, o idoso gosta de ser ouvido e respeitado como pessoa. Além disso, ele necessita de segurança tanto no sentido de carinho e proteção como estabilidade na sua função social. Mônica acrescenta: "Ao se aposentar, o idoso perde uma posição, e daí ele vai buscar uma nova identificação, um objetivo que o torne útil. A partir do momento em que qualquer indivíduo não tiver mais um objetivo na vida, ele vai se sentir tão perdido que não vai mais querer viver", diz ela. Um idoso não é tão ágil quanto um jovem, mas sua paciência e capacidade de raciocínio superam as qualidades do primeiro. Muitos pensam que o aposentado busca só o lazer, mas ele apenas não quer ter mais compromissos rígidos.

Uma característica muito observada nos mais velhos é o saudosismo. A socióloga explica: "Com a perda da identidade após a aposentadoria, o velho busca sua valorização, então ele precisa se afirmar. Para isto ele lembra os bons tempos e gosta de contar casos". Ela acrescenta que o fato serve para mostrar suas experiências, isto é, ele é um senhor X que construiu uma vida e quer respeito. Outra forma de interpretação seria que ele já teve contato com diferentes circunstâncias, e sente necessidade de transmiti-las.

O nome significa a tradição familiar, e nada mais importante para o idoso do que ser chamado pelo nome. Ao fazer-se isto, estará sendo dada uma identidade à pessoa. Jamais chamar um grupo de velhinhas de "vovozinhas", assim está sendo tirada a identidade de cada uma, e elas ficarão num nível de igualdade. A socióloga aconselha: "Sempre que possível, tratar as pessoas pelo nome, assim como "vó Joana" ou "vó José", isto preserva a identidade de cada um. Procurar sempre ouvir a vida da família da pessoa, ver como ela coloca os fatos. Nós podemos aprender muito, só temos que ter um pouquinho de tranquilidade para ouvir".

PARTICIPAR SEMPRE

É errada a idéia que se tem de que o velho, com a idade, perde a capacidade de trabalho. E Mônica explica: "Com o processo biológico de envelhecimento, acontece um enfraquecimento físico, mas se compararmos o trabalho de um jovem e um idoso, o último tem maior chance de acerto por ser mais experiente".

Como opções de aproveitamento do tempo útil, o idoso pode desenvolver as artes, atividades manuais, artesanato e, inclusive, o trabalho produtivo remunerado. Entre estes, constam chacareiros, vendedores, feirantes, ascensoristas, guardas de segurança, etc. . . que, depois da aposentadoria, gostam de sentir-se úteis. Na sociedade onde se vive, a maioria das opções de lazer como bailes e jogos, estão restritos aos jovens e adultos. "Inclusive o sexo já é propriedade dos jovens", protesta a socióloga. Pesquisas da Organização Mundial da Saúde revelam que os idosos são indivíduos saudáveis e podem fazer muito mais do que tomar conta de si mesmos. Eles podem completar um bom dia de trabalho, usar suas relações afetivas e desempenhar um papel importante na comunidade.

"O amor, sexo, diversão e trabalho são fundamentais em todas as idades da vida", explica Mônica, "e principalmente o esporte". Deve-se treinar os músculos e a memória. O exercício físico é essencial para desacelerar o processo evolutivo que leva a uma dificuldade motora dos membros. Neste sentido, existem jogos, esportes de dança, natação e, inclusive, a corrida diária, como fazem muitos idosos nos parques da cidade. O treinamento da memória através da leitura, cinema, diálogos com amigos ou desconhecidos, programas de televisão, rádio e música são muito importantes para fazer o idoso viver mais, sentir-se integrado no meio social. A partir do momento em que a pessoa puder discutir as informações, ela continua sendo um ser social. "O mais importante é nunca permitir que os velhos se isolem entre si, sempre os jovens e adultos devem participar dos trabalhos e do lazer dos velhos. Deve-se oportunizar uma readaptação dos idosos ao nosso mundo, já que as coisas acontecem tão rapidamente", acrescenta Mônica. Ela finaliza dizendo que a sociedade deve pensar no idoso como em si mesma. Velhice é uma questão de estado de espírito.

Em fevereiro de 1980, início da abertura política, o Coojornal publicou partes de um relatório secreto do Exército sobre a guerrilha do Vale do Araguaia.

Eram episódios da história recente do País, aquela que ainda não consta dos livros e tem tudo para ser deixada de lado. A iniciativa custou a Elmar Bones, Osmar Trindade, Rafael Guimaraens e Rosvita Saueressig, enquadrados no Código Penal Militar, uma temporada na prisão.

Publicados com preocupação exclusivamente jornalística, os relatórios acabaram determinando a decadência comercial do Coojornal. Pressionados, os anunciantes retiraram do jornal a principal fonte de recursos de qualquer veículo de comunicação. Foi para falar de tudo isso que Três por Quatro entrevistou Osmar Trindade e Rosvita Saueressig.



Rosvita e Trindade: vítimas de uma abertura que ainda demonstra algumas inseguranças com relação a fatos recentes de nossa história política



A história recente punida pela justiça

Acho que podemos começar pela obtenção dos documentos da matéria.

TRINDADE — Têm duas questões que são fundamentais: a forma como a gente obteve os documentos, e a negativa de dizer como eles nos chegaram, faz parte da nossa defesa. Nós sempre nos negamos, em todos os momentos nós achamos que não é simplesmente um direito que nós temos de não dizer como a gente obteve os documentos, mas temos a obrigação, perante a lei de proteger a fonte, sempre que a fonte deva ser protegida, que é o caso. Como consta do processo, eles nos chegaram na metade do ano de 79, e o resto já são coisas mais ou menos públicas. Nós publicamos em fevereiro de 80, numa edição do jornal que vocês já conhecem.

Vocês esperavam esse momento de abertura para publicar a matéria?

ROSVITA — É. O momento político é óbvio. Porque no Brasil ele influi e a gente estava em 1980, quer dizer, em plena época de abertura.

Vocês pensavam, então, que não haveria uma repercussão maior por parte do Exército?

ROSVITA — Não, nós contávamos com isso. Isso aí é evidente, tanto que a gente mobilizou a área jurídica também para ver que implicações poderia ter, com a edição de fatos acontecidos poucos anos antes. Mas, a questão política no Brasil é uma questão que tu não podes saber de antemão o que é que vai acontecer. Tanto é que nós fomos processados. Quer dizer: politicamente nós não poderíamos ser processados numa época de abertura. Ou seja, o fato político também passa a ser aleatório. O dado importante é publicar, divulgar, um documento que nós consideramos que a população brasileira deva ter acesso. Esse é o dado importante e é o dado que num país democrático capitalista como é os Estados Unidos, documentos com mais de 10 anos vão para o arquivo público, onde toda a população tem ac-

so. Um pouquinho antes, o Jornal do Brasil tinha publicado uma série de matérias sobre a revolução brasileira. Documentos sobre o apoio dos Estados Unidos ao golpe de 64, que nunca seriam publicados aqui no Brasil, no tempo que foram abertos lá. Marcos Sá Correia, jornalista do JB, descobriu um arquivo onde estavam todos os documentos do governo americano daquela época, à disposição do público. E ele recontou a influência dos Estados Unidos no golpe de 64, através dos documentos que qualquer pessoa comum pode ter acesso. Por que? Porque eles, passado o período de 10 anos, passou o período do sigilo.

TRINDADE — Nós sabíamos por exemplo, também, é evidente, que do ponto de vista do País os documentos realmente não tinham segredo militar que pudesse comprometer a segurança nacional. Nós pensamos nisso, mas não em termos da Lei de Segurança Nacional, porque a LSN é um absurdo. Mas do ponto de vista de segurança nacional mesmo, eles são simplesmente documentos que militares não gostariam de ver publicados. São assinados por dois generais. A instalação do inquérito, o inquérito em si, criou uma série de constrangimentos para nós e para eles, no primeiro momento a gente se negou a depor, porque o IPM é um negócio mais do que autoritário, ele é uma camisa de força. E até aquela época, nunca havia se contestado um IPM, porque o País não comportava que se contestasse um IPM. Nós sempre entendemos assim, nós achamos que o momento era de começar a contestar a forma de inquisição através do IPM. Então, num primeiro momento, nós começamos a nos negar a depor. Depois houve um período de umas três semanas em que nós ficamos discutindo, via judicial, junto com a intervenção da OAB, se nos apresentávamos a depor ou não.

ROSVITA — Até porque não nos tinham deixado ler a denúncia...

TRINDADE — Nós não sabíamos do que tínhamos sido acusados. Então, fomos prestar depoimento sem saber em que estado estava a denúncia. Depois nós ficamos sabendo as coisas mais claras. Antes de instalar o IPM, ou até quando instalaram o IPM, que evidentemente era sigiloso, eles tinham tentado descobrir como esses documentos tinham saído de alguma organização do Exército. E eles apresentaram um testemunha, um cabo, que é de Dom Pedrito, uma guarnição na fronteira com o Uruguai, que confessou que ele teria participado da entrega dos documentos, que teriam sido vendidos à Cooperativa dos Jornalistas, para serem publicados. Nós nunca entramos no mérito da discussão se o cabo participou ou não da entrega dos documentos, nem o IPM, porque eles não fizeram muita questão de aprofundar a investigação em torno disso. Nós nos negamos a aceitar, em todo momento, como verídico o depoimento do cabo. Há alguns fatos curiosos em função disso, porque o próprio IPM diz que os documentos estavam em Dom Pedrito, mas parece que estes documentos têm 48 ou 52 cópias, não me lembro, consta do material que nós temos...

ROSVITA — São 23 cópias.

TRINDADE — 23? Bom. Distribuídas pelo país em guarnições militares. O cabo diz que retirou de Dom Pedrito, mas existe um episódio de desaparecimento de parte dos documentos em Bagé, que não conseguiram resgatar no IPM e não conseguiram comprovar, satisfatoriamente, a participação de um major da guarnição de Bagé. Nós nunca mexemos nisso porque faz parte do inquérito. Pra nós o depoimento do cabo não é integralmente verdadeiro. Nós não temos um quadro pronto assim pra dizer quem participou efetivamente da entrega dos documentos, temos até curiosidade de saber como é que esses documentos saíram, quem realmente foi envolvido e quem realmente participou. Eu, se fosse magistrado no julgamento, ia

querer saber como é que um cabo fica de responsável por documentos que, se diz, contém importância terrível para a nação?

Ele foi condenado?

TRINDADE — Foi condenado. Foi condenado a 18 meses.

Não aceitaram a não aceitação de vocês?

TRINDADE — Não. Porque na primeira denúncia diz o seguinte: as acusações que tinham contra nós, quando nós fomos julgados na auditoria militar em Porto Alegre, nós fomos acusados de corrupção, por ter comprado os documentos. Fomos acusados de prevaricação, que é só pra funcionários públicos. Não há como prevaricar, porque é uma espécie de crime capitulado, pra ser respondido por funcionário público; só ele, um funcionário público, pode ser acusado de prevaricação. Quando nós fomos julgados na 1ª Auditoria em Porto Alegre, caíram essas duas acusações e nós passamos a ser julgados apenas pela publicação de documentos. Então ficou o evidente, que é uma coisa que nós nunca negamos, que publicamos. Agora, ficaram coisas absurdas. Nós sempre negamos, por exemplo, que a Rosvita e o Rafael tinham parte da responsabilidade.

Mas foram condenados os quatro, quando só dois tinham assinado a matéria?

TRINDADE — Bom, olha o seguinte: a Rosvita era secretária da Cooperativa. Não era secretária do jornal; era da Cooperativa. E o Rafael era o repórter do jornal; o Elmar era o editor do jornal, e eu que era o secretário do jornal. É que no depoimento do cabo, ele menciona o nome de Rosvita e do Rafael; chega a mencionar outras pessoas, mas de passada assim, não consegue nomear parece, e então foi a partir do depoimento do cabo que eles foram relacionados no processo.

Na visão oficial, a guerrilha dev

Você falou há pouco com o cuidado da apreensão do jornal. Como é que funcionou isso?

TRINDADE — A Cooperativa tem algumas coisas que as vezes parecem até curiosas para o pessoal que fez a chamada imprensa alternativa, nanica. Logicamente, todos esses veículos, todos os jornais nesse período, eles passaram por atentados, bombas inclusive, ameaças por telefones, uma série de represálias assim diretas. No caso do Coojornal, nunca houve nenhuma ameaça por telefone; o Rafael lembrava disso, às vezes nós ficamos até constrangidos de dizer, mas na verdade nunca houve nenhuma ameaça por telefone, nenhuma classe de atentado à Cooperativa e a explicação que nós encontramos para isso é o comportamento da Cooperativa e do jornal: sempre tratamos a coisa bem aberta. Pra vocês terem idéia: na primeira vez houve uma pressão econômica sobre a Cooperativa e sobre o jornal, a primeira ocasião que nós descobrimos que havia uma pressão econômica direta sobre o jornal foi em 77, quando foram visitados os anunciantes, por delegados da Polícia Federal, que mandaram tirar os anúncios do jornal. A nossa reação, antes de fazer uma nota denunciando isso, foi pedir uma audiência para o então delegado da Polícia Federal, superintendência do Rio Grande do Sul e interpele-lo sobre isso. Depois de feita a interpelação, o pessoal, o Presidente da Cooperativa, o advogado, o Presidente da Associação de Imprensa, numa audiência pública, aí sim a Cooperativa fez uma nota enérgica sobre isso, contou os fatos, relatou o que tinha havido. Então, isso eu acho que sempre nos diferenciou um pouco na forma de atuação dentro da chamada imprensa alternativa. Mas eu não sei como dar uma explicação para a não apreensão da edição. Continuo pensando que tenha sido em respeito à própria atuação do jornal e da Cooperativa. O jornal nunca pôde ser acusado de uma formal ligação com um partido político, a uma organização política. Houve tentativas de processar repórteres do jornal e outros veículos da Cooperativa no Rio Grande, mas pela Lei de Imprensa, e os processos nunca foram em frente por que realmente nós nunca cometemos nada, nunca publicamos uma coisa que se provasse que não era verdadeira. Eu acho que isso aí dá uma certa respeitabilidade ao jornal, por que é difícil apreender um jornal que publicou documentos verdadeiros.

ROSVITA — É; acho que é muito difícil pensar ou tentar pensar como eles, né? Por que eles não recolheram o jornal? Só se pode fazer hipóteses. Acho também, talvez, os próprios documentos, são uma prova que não traziam prejuízos a eles. Eu tenho uma idéia, não sei se Trindade concorda com ela, nós já discutimos: a questão principal que existe para o Exército, quem conhece um pouquinho da organização militar brasileira, e latinoamericana, a idéia da publicação de documentos desde que não traga prejuízo não é o ruim. O ruim é o documento ter saído de um arquivo militar secreto, que tem acesso à imprensa. Quer dizer: esse é o princípio da violação, segundo o pensamento militar. Por que o Exército, que funciona como uma corporação, foi atingido

pela saída de um documento. E o documento em si, ele não tinha nenhum prejuízo à corporação, mas o ato de sair o documento, entende, é o princípio de que mais coisas que existem lá dentro, que são invioláveis, poderão sair. Quer dizer, esse é o princípio que foi demolido na história, e que eles estão querendo preservar. A sociedade, aí tu vê, a sociedade civil e a sociedade militar: são duas coisas distantes na sociedade brasileira. Quer dizer: uma, tem uma determinada postura em relação ao episódio, de apoio aos jornalistas presos; e a outra se fecha e se considera no direito de que as coisas que ele faz não dizem respeito à sociedade brasileira, portanto, ninguém tem direito de saber o que acontece lá dentro. Acho que esse é o princípio que tem que ser entendido. É uma questão de poder.

TRINDADE — Me parece que o raciocínio de Rosvita é correto nisso aí, por que em 81, quando nós fomos condenados aqui por 5 a 2, eu e o Rafael tínhamos sido presos, por que alegaram que nós tínhamos antecedentes. Ficamos duas semanas e meia presos. Logo que eu saí, eu fui a Brasília, conversei com um coronel parlamentar, pessoa muito bem informada e ele me disse: "olha, estou solidário com vocês, vocês sabem da minha posição sobre isso, estou torcendo por vocês, mas não tenham muita esperança no STM, por que vocês cutucaram a onça com vara curta, realmente." E me traduziu: "absolver a vocês seria autorizar, criar um precedente para que qualquer um mexa na vida de um militar e vocês sabem que militar não admite isso". Realmente o STM foi mais rigoroso do que a auditoria em Porto Alegre, e o STM tem em Brasília uma imagem de um tribunal liberal. Fundamental nisso, parece, é evitar que o precedente seja aberto. No momento que a gente fosse absolvido, estaria estabelecido um acordo dizendo que, pelo menos os documentos de tantos anos, dez anos, mesmo militares, com dez anos de existência, poderiam ser publicados por jornalistas.

Por que depois de 2 anos e meio foram novamente condenados, em sessão secreta?

TRINDADE — Aí a questão tem uma complexidade maior. Ele demorou um ano e meio para ser julgado, possivelmente até por interesse político, deixar passar um pouco o tempo, deixar passar o período eleitoral. Depois houve questões que são difíceis de esclarecer, acho que houve uma intenção, sim, eu não sei do relator do processo no STM, do plenário de STM, custa a acreditar que os generais, 13 cidadãos idosos fizessem uma pequena sacanagem dessas, que foi publicar a intimação pra nós, fora dos padrões da prática normal da divulgação. O nosso processo é identificado por uma frase assim "Réus: Rafael Guimarães Filhos e outros", depois vem os nomes dos advogados, que devem ser citados. Então eles publicaram o número do processo, não publicaram os nomes dos réus, e publicaram só o nome de um advogado, que é o de Porto Alegre, o Marco Túlio de Rose e não publicaram o nome dos de Brasília. Em Brasília, a secretária que faz as leituras das intimações não percebeu o de Rose.

O número do processo não dizia nada pra ela e deixou passar. Então nós fomos julgados praticamente à revelia no STM, sem defesa oral. Nós não tínhamos defesa escrita no processo, a não ser a que já vinha de Porto Alegre, que realmente não é um processo pra defesa escrita, é um processo com defesa oral.

ROSVITA — O que não autoriza, acho importante dizer, a versão de que o fato do advogado estar ausente caracteriza uma negligência. Houve um erro, a gente reconhece que houve um erro, o nome de Marco Túlio estava na contracapa. Mesmo que ela estivesse irregular, e com base nisso a gente está tentando anular o julgamento, nós não acreditamos que a presença do advogado mudasse uma sentença unânime. Quer dizer, não há como utilizar a ausência do advogado como argumentação de que o julgamento mudaria. Acho que tem que ficar bem evidente isso, por que isso pode ser muito cômodo num determinado momento em que o advogado não estava presente e por isso fomos condenados. Quando não é essa a questão. Um advogado não muda uma decisão de unanimidade nos juízes do Exército.

TRINDADE — A gente sabe das consequências dele; ele foi incômodo, o julgamento. Hoje a gente tem informações de que ele foi incômodo principalmente ao Palácio do Planalto; ele causou profunda irritação no Palácio, por que eles não esperavam também prender os quatro jornalistas do Rio Grande do Sul. Certos setores em Brasília passaram a especular que nós teríamos causado o problema todo, os nossos advogados não teriam ido ao julgamento para que nós fossemos



condenados sem defesa, fossemos presos e causássemos um problema político no País, num momento de abertura política. Esse é o raciocínio que eles fizeram, um raciocínio que algumas pessoas fizeram em Porto Alegre também. Nós admitimos até que tenha havido cochilo dos advogados, realmente, nós achamos que faltou um pouco de zelo dos advogados em Brasília, eles não verificaram nosso julgamento.

Como é que vocês sentiram a reação das pessoas?

TRINDADE — A reação da sociedade é interessante. Eu tenho uma avaliação assim: da experiência possa e a medida que eu faço é pela repercussão do jornal, rádio e televisão. Em 81, quando a gente foi preso, teve uma grande movimentação de pessoas, o número de pessoas que foram nos visitar nos primeiros dias foi muito maior do que agora, embora agora a gente fosse quatro pessoas. Agora, na imprensa a repercussão foi muito maior, principalmente na televisão que foi perdendo o medo de ir abordando assunto que eram delicados. Zero Hora, por exemplo, chegou a estabelecer duas páginas por dia para acompanhar o processo. Então agora teve maior repercussão do que no momento anterior.

É a nível de apoio dos sindicatos aqui de Porto Alegre?

TRINDADE — Houve um mal entendido e talvez seja a isso que estejas te referindo. Chegou a parecer que nós tomamos uma posição contrária ao ato público que estava programado. De maneira nenhuma poderíamos ter desmobilizado, até por que nós temos muita consciência de que foi o movimento de opinião pública, além dos trabalhos dos advogados, evidentemente, que apressou a concessão da liminar. Isso aí a gente não tem muita dúvida, a gente sabe que todas as autoridades do exército, legislativo, os tribunais do Brasil, recebem diariamente a sinopse de todos os jornais do Brasil e dos jornais do Rio Grande do Sul, por tanto eles sabem o que a prisão dos quatro jornalistas está causando. A confusão que deu de suspender o ato público partiu do movimento de direitos humanos que achou que a nossa soltura esvaziava. Na saída da prisão, me perguntaram isso e eu disse para eles o seguinte: a opinião que eu tenho sobre isso, no momento, é a opinião dos advogados. Em princípio nós não devemos ir ao ato público. Os advogados tinham nos dito o seguinte: Olha, até dá pra ir ao ato público, mas por um cuidado pra não se transformar em bandeira política já que a nossa liminar poderia ser cassada em qualquer momento. Foi em cima dessa informação que o Movimento levou em frente e desmobilizou. O ato público acabou saindo, puxado pelo Sindicato, mas com prejuízo do Movimento que tinha desmobilizado.

ROSVITA — A mudança, por exemplo, a gente pegou um novo período legislativo e, eu não me recordo exatamente, mas na primeira prisão de vocês, há um ano e meio atrás, eu acho que o má-

Deve ser esquecida

ximo foi uma visita formal, né, do Presidente da Assembléia lá no presídio e dessa vez houve uma mudança assim muito grande, em relação ao próprio comportamento dos políticos. A gente passou a quinta-feira dentro da Assembléia, negociando a prisão especial, a nível de presidente da Assembléia, quer dizer, um poder paralelo ao Executivo que é, no caso, o responsável por nossa prisão. A gente já preso, teoricamente faltando só se apresentar, e daí negociando a prisão especial a partir da Assembléia. Quer dizer, há uma mudança, de postura também, em termos de Legislativo; há uma diferença muito grande de qualidade. E tudo isso, é a pressão, não só do aspecto da solidariedade mas a pressão a nível político da sociedade civil, diante do que considera uma injustiça.

7 TRINDADE — É. Nós estávamos meio escondidos na quarta-feira de manhã. Eu fiquei na casa dum amigo, sózinho, vendo televisão, TV Mulher. O Paulo Bisol fez um comentário, sobre o nosso processo. Foi uma das coisas mais interessantes que eu já vi dizerem na televisão sobre essa questão do jornalista que publica coisas que o poder quer que não sejam publicadas. E o Paulo Bisol atinge um público que não é o nosso público, atinge donas de casa, público que normalmente não tem muita consciência das coisas. Mas ele, o Paulo Bisol, é brilhante pra isso, ele é didático e sintético ao mesmo tempo. Eu dou assim como exemplo da situação em que nos encontramos, num novo estágio da sociedade que a gente encontra hoje em relação a 81.

Bisol chegou a propor que vocês ficassem presos na Assembléia.

ROSVITA — É que no momento havia intransigência na secretaria da Justiça pra entender o que era prisão especial. Houve essa dificuldade em relação à razão puramente política, o magistrado é obrigado a dar prisão especial, e não tinha condição de dar. Aí o Bisol pressionou, e disse "Se o Estado não tem condições de dar, tem que se responsabilizar". A OAB tinha oferecido suas instalações pra a gente ficar lá, e ele disse "Não; a Assembléia também tem". Chegaram a fazer uma reunião, acho que já dá pra contar isso e uma das idéias foi que a Assembléia nos prenderia. E só nos soltaria porque a Assembléia tem um poder paralelo ao Executivo e ninguém pode ser preso dentro dela sem o consentimento do Presidente da Assembléia. Quer dizer, foi todo um clima de pressões sobre a Secretaria da Justiça, que eles não tiveram como negar. Por que até aquele momento era assim: o Elmar, o Trindade e o Rafael iriam ao Presídio Central, e eu iria para o Presídio Feminino. O Presídio Central realmente não tem as menores condições de ser prisão, imagina prisão especial.

TRINDADE — Essa questão do medo e da cautela, eu tenho outro exemplo, do de agora e do de 81. Em 81, a OAB ficou duas semanas discutindo se ia até o Presídio Madre Pelletier, ou se ao nos dar solidariedade, eles não estavam incorrendo num comportamento atípico em relação à Justiça Militar, ao Poder Judiciário, no

caso. Ficou discutindo isso e só foi nos visitar duas semanas depois, constrangidos até em explicar por que tinham demorado tanto. Nesta ocasião, na quinta-feira que nós ficamos na Assembléia, o presidente da OAB foi sozinho nos levar a solidariedade sem nenhuma dúvida colocando-se a nossa disposição, se fosse o caso de nós ficarmos presos na OAB. Então isso aí é a pressão da sociedade, o caminho da abertura. A atividade num jornal como o nosso nos deu muitos exemplos disso aí, do clima de medo em relação a algumas matérias que nós publicamos. Em 77, nós



fizemos aquela reportagem do balanço dos cassados, aquilo ali define mais ou menos duas faces do jornal. Até ali o Coojornal tinha muitos anunciantes, estava relativamente bem, a melhor fase do jornal do ponto de vista financeiro, por que tinha anúncios. Quando essa reportagem foi publicada, começaram a surgir as primeiras pressões para retirarem os anúncios. Mas essa reportagem foi escrita em São Paulo, por um grupo de colegas nossos. Eles escreveram de São Paulo e nos mandaram para o Rio Grande do Sul a matéria. Normalmente, em vez de despachar pelo correio, a gente pega um passageiro, coloca na mão dele e manda entregar. A gente passa por telefone a descrição para alguém esperar no aeroporto, e eles fizeram isso. Botaram na mão de uma pessoa, passaram a descrição, nós mandamos alguém no aeroporto pra apanhar. A Rosvita pode contar o que o cara disse pra ela.

ROSVITA — Foi uma das experiências mais incríveis que eu passei. O cara se chamava Luiz Abreu, como o nosso fotógrafo, e aí nós gozamos: Luiz Abreu tem cabelo preto, é alto. Cheguei no aeroporto e não passou ninguém com essa descrição. Eu comecei a ficar com um pé atrás, por que a gente tinha noção do material que ia ser publicado. Aí, eu olho pra

trás, assim, e ele estava encostado na parede do aeroporto. Aí eu vi que ele estava me olhando, ele notou que eu estava procurando uma pessoa. Eu fui e perguntei se ele era Luiz Abreu e ele me disse "Eu sou". Aí, eu não me lembro exatamente do diálogo, eu sei é que ele se identificou como a pessoa que tinha realmente pego a matéria. Eu pedi a matéria e ele disse "Ah, não. A matéria não existe mais. Eu destruí a matéria". Eu disse: "como é que o senhor fez isso?!". "A senhora sabe que matéria era essa?". Eu disse: "Eu sei; Ela falava dos cassados na revolução de 64. Mas vocês fazem uma coisa dessas?!". Eu sou funcionário do Ministério da Fazenda! Eu posso perder o meu emprego. Vocês estão loucos, vocês são irresponsáveis", e um monte de coisas. O cara não tinha saído pelo desembarque normal, ou seja, o cara tinha montado um esquema para não ser apanhado. Ele ficou com medo de se envolver, teria que explicar que não tinha nada que ver, o cara se apavorou. Eu saí do aeroporto, nem peguei táxi, peguei um ônibus sem a matéria. Realmente foi um momento, aquela cena do aeroporto, era o Brasil naquela época: as pessoas querendo dizer as coisas e ainda morrendo de medo. Quer dizer: acho que esse funcionário hoje não faria mais isso. Hoje ele traria a matéria, e até leria e gostaria.

TRINDADE — A matéria também era pouco mais do que óbvia. O tema era o seguinte: o pessoal que estava em São Paulo, foi contar todas as pessoas que a revolução tinha cassado e descobriu que tinha 4.700 cassados no país. Fizeram uma matéria sobre isso e esmiuçaram os casos mais notáveis. Contaram quem tinha cassado. O Geisel cassou tantos, o Médici tantos, o Castelo tantos, o Costa e Silva tantos. Mostravam os cassadores e os cassados mais ilustres e davam uma relação dos cassados. Era essa a matéria. Para nós era um trabalho jornalístico comum, para eles era um susto. Com relação ao diário do Olímpio Mourão Filho, um ano depois, aconteceu uma coisa mais ou menos semelhante. O Elmar entrevistou o Hélio Silva em Porto Alegre e ele falou o seguinte: "Olha, eu tenho comigo algumas anotações, coisas assim parecidas com um diário, do Olímpio Mourão Filho. Vocês não querem dar uma olhada nessa matéria?". O Hélio também não deu muita ênfase, disse que o "pessoal achou o material meio perigoso e tal, delicado, mas eu mando pra vocês uma cópia". Ficamos esperando o material, o Elmar esqueceu, o Hélio não deu a dimensão do material. Um ano depois, nós pedimos para o Marcelo Pontes, no Rio, pra entrevistar o Hélio e ele perguntou: "Escuta, o que vocês fizeram com o material que eu mandei para vocês? Olharam, gostaram?". O Marcelo não sabia, estava no Rio e falou pra nós do negócio. "Olha, o Hélio falou de um material que mandou pra Porto Alegre". Aí descobrimos que o Hélio tinha mandado para um editor em Porto Alegre. O pessoal da editora leu o material, achou que era muito pesado e o guardou numa gaveta. Então, por isso, nós publicamos só em setembro de 78, um material que deveríamos ter no final de 77. Nós consideramos, pelo menos eu considero, o principal material que nós publicamos.

E agora qual é a perspectiva de vocês da Coojornal? A que se de esse declínio que a Coojornal teve?

TRINDADE — Tem uma coisa que explica tudo isso. A gente se reúne, faz auto-crítica, admite que cometeu alguns erros, alguns enganos, foi afoito em algumas oportunidades, mas não consideramos que tenhamos feito nada absolutamente errado. A Coojornal surgiu num momento de grande restrição de liberdade, de censura, não existia liberdade de imprensa no Brasil. Até 77, ela teve uma convivência mais ou menos pacífica com o sistema e a partir de 77 começou a haver pressões sobre os anunciantes, sobre os clientes também que a Cooperativa tinha em outras áreas, que na verdade o jornal não era o que propiciava a sustentação da Cooperativa, mas sim outros negócios. Em função disso, ela foi acumulando prejuízos. Não há nenhuma dúvida de que são essas coisas que justificam em grande parte, a situação do jornal. Então, pra se chegar a situação de hoje da Coojornal, ela está buscando um empréstimo volumoso pra pagar as dívidas que ela tem, pra se reorganizar: Se ela conseguir essa operação, que é uma negociação que está fazendo, o jornal vai voltar semáforo, dentro de uns 4, 5 ou 6 meses. Com uma outra estrutura, com uma reformulação da Cooperativa como empresa, se ela não conseguir formular isso, possivelmente ela acabe.

Trindade, como tu verias a publicação de outra matéria com o mesmo peso desta que levou vocês à cadeia?

TRINDADE — Hoje? Eu não tenho nenhuma dúvida que, pelo menos enquanto nós não formos julgados em definitivo, eu publicaria. Depois de ser julgado eu não sei, aí teria que analisar a reincidência. O juiz que nos julgou diz que nós vamos voltar a delinquir. Há uns dois ou três anos, em São Paulo, tinha um debate onde participava o diretor do jornal O Estado de São Paulo, o Mesquita, e durante o debate se estabeleceu em discussão eu falei que achava que dificilmente um jornalista deixaria de publicar isso, ou ficaria com aquele material na gaveta. Depois do debate, ele me procurou e disse o seguinte: Olha, eu não quis abrir uma polêmica no debate, mas eu não tenho nenhuma certeza se publicaria. Realmente, ele tinha uma idéia da profundidade do material, que poderia causar alguma irritação. Agora eu não sei; acho que qualquer jornalista ou jornal que pegasse um documento que existe, um documento que nem aquele, a guerrilha do Araguaia publicaria.

ROSVITA — Eu acho que o que tu quiseste saber a nível de tentar recriar, dar uma hipótese, se essa matéria publicada hoje criaria essa polêmica, acho que dificilmente deixaria de criar, pois a questão não é uma questão política, é uma questão mais do exército. A realidade do país não mudou muito neste sentido. Nós temos governadores de oposição, e acho que nós deixamos de colocar antes que a nossa prisão foi uns dias antes da posse dos governadores. O Brasil já era outro, a TV já estava falando, mas a relação de poder mudou muito pouco. Nesse sentido, a gente não pode vender a ilusão de que a coisa seria muito diferente hoje.

Tendências: na FM fim dos programas

Os custos operacionais fazem com que as emissoras FM retirem do ar os programas, deixando ao público apenas a opção musical

Há uma tendência, nos últimos anos, das emissoras de rádio em Frequência Modulada de Porto Alegre acabarem com os programas, tornando-se quase exclusivamente musical. Segundo Pedro Sirotsky, diretor do Sistema de rádio da RBS (Rede Brasil Sul de Comunicações) é um estágio passageiro, forçado pelo custo operacional.

As rádios FM, em Porto Alegre, estão passando pelo seu segundo estágio. Quando surgiram, no início da década de setenta, a concepção que se tinha, pela sua qualidade de som, era de rádios com músicas ambientais.

NOVA ORIENTAÇÃO

Alguns anos depois, com o surgimento de novas emissoras, a concorrência determinou uma nova orientação. Seguindo o que acontecia nos Estados Unidos, a rádio FM voltou-se para o público jovem, com comunicação ao vivo. Esse estilo foi inaugurado, no Brasil, pela rádio Cidade do Rio de Janeiro, e trazido para Porto Alegre. Era o caminho natural pois absorvia a maior fatia de ouvintes que consumia FM: o público jovem.

Nesse sistema, uma mesma pessoa faz a locução, a apresentação, é noticiário e ainda opera a mesa. Nesse sentido é uma programação ao vivo, com músicas em cartucho gravadas na rádio líder do sistema. No caso da rádio Cidade cada Estado tem a liberdade de trocar a sua programação na parte musical. João Antônio, apresentador local da rádio Cidade, afirma que 45% da programação é feita aqui.

A Gaúcha FM que tinha vários progra-

mas especializados, ao se transformar em Atlântida deixou de lado todos os programas, seguindo o esquema trazido pela Cidade. O aumento da audiência foi considerável. "A Gaúcha tinha um belo público, voltada para a classe A, adulto, empresário", diz Pedro Sirotsky, "mas isso era apenas 4% em relação a totalidade das pessoas que ouviam FM. Por isso procuramos uma maior abrangência que tornasse o veículo mais rentável. Na passagem para Atlântida FM, a audiência aumentou muito e hoje temos uma média de 25 a 35% dos FMs ligados."

"FIZERAM UMA LIMPA"

Outra emissora que, por algum tempo, seguiu o esquema da rádio Cidade FM foi a Capital. Com uma diferença: tinha programas específicos, sobre rock, cinema, música clássica, chorinho e jornalismo, e procurava ser alternativa, dando acesso aos artistas do Rio Grande do Sul. "A Capital na época estava dando um painel muito amplo da cultura musical brasileira", diz Renato Rossi, apresentador e produtor de um dos programas. "Tocava rock, alguma coisa que era sucesso, mas também música alternativa, discos independentes." Mas isso também foi cortado. A Capital FM está atualmente com uma programação totalmente musical, com apenas um locutor nas 24 horas do dia, tudo gravado em cartuchos. "Fizeram uma limpeza aqui", diz Valdir Antonio, programador da rádio. De um dia para o outro foram demitidas oito pessoas e sete programas foram tirados do ar, tudo por causa do custo operacional.

Fato parecido aconteceu com a Metrópole FM, quando foi comprada pela RBS. Os vários programas foram cancelados e os apresentadores demitidos. Embora continue no ar, não se sabe ainda o que acontecerá com ela. Segundo Pedro Sirotsky, a rádio mudará de nome e constituirá uma nova rede com emissoras no

Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Atualmente apenas a rádio Bandeirantes FM ainda conserva os seus programas. Voltada para um público mais exigente, preocupado em ser informado dos acontecimentos culturais da cidade, a Bandeirantes abriu as suas portas para artistas independentes e para a música local.

EMISSORAS ESPECIALIZADAS

Tudo indica que esse panorama vai continuar inalterado pelo menos nos próximos anos, pois não há planos de voltarem os programas. Pedro Sirotsky acha que ao invés de programas específicos, a tendência é de as emissoras se especializarem. "As rádios só tem um caminho: buscar-se segmentar cada vez mais para atingir um determinado público." Isso está acontecendo atualmente nos Estados Unidos, onde as emissoras possuem uma programação bem definida, tocando um determinado tipo de música, seja rock, country, jazz ou funk, durante o dia inteiro. "É uma tendência natural, inclusive aqui em Porto Alegre, pela quantidade de emissoras existentes", diz Pedro Sirotsky.

Com nove emissoras, Porto Alegre é, proporcionalmente, a cidade no Brasil com o maior número de estações FM, o que inclusive é uma das preocupações do setor. "O rádio é inviável dessa forma", diz Pedro Sirotsky. "É muita emissora para pouca gente consumir e, se não existir o suporte de grandes grupos, não há como sustentar."

Mas não é a única reclamação. Para Renato Rossi, a orientação que as rádios seguem hoje em dia "tolhe também os profissionais que estão entrando no mercado, ainda com a ilusão de fazer algo mais, de dar uma informação cultural."

Roberto Rinsaburo Kodama

Os campeões anônimos

No Brasil, país do futebol, ser campeão de outros esportes pode ser a garantia de anonimato porque em sua maioria as várias modalidades de esporte amador são ilustres desconhecidos do público em geral.

Entre as celebridades gaúchas, Mauri Fonseca é o que se pode chamar de um grande campeão. Vencedor por cinco anos consecutivos, entre 1960 e 1964, de campeonatos de natação brasileiros e sul-americanos, fora um curtíssimo período que se seguiu ao título, Mauri nunca foi reconhecido na rua como campeão, nem mereceu reportagens biográficas.

Gabriel Oliven, campeão brasileiro de tênis em 1975 na categoria infantil, tem suas glórias esportivas ignoradas até por colegas de escola. Muitos dos companheiros de aula que teve, sequer imaginavam estar ao lado de um campeão nacional.

Eugênio Portillo foi goleiro da seleção brasileira de futebol de salão que conquistou o campeonato mundial em 1981, mas nem por isso seu nome tem qualquer significado para a quase totalidade dos gaúchos.

Vitor Hugo, Jorge Heck, Sérgio e Zeca Lamel, Jorge e Marco Schmit, Reni Müller e Carlos Hexel são os gaúchos integrantes da equipe de Novo Hamburgo que é bi-campeão mundial de Punhobol. Como estranhar que estes nomes não sejam familiares ao povo, quando pouquíssimas pessoas sabem dizer o que é o "punhobol"?

Um dos motivos por este desconhecimento generalizado do esporte amador

e de suas estrelas é a falta de apoio e de uma política esportiva. Uma orientação governamental correta, segundo Mauri, seria o treinamento de crianças pequenas para competições a longo prazo, por exemplo, nas olimpíadas de 1996.

A falta de apoio ao esporte amador existe em todos os níveis. No colégio, o atleta não é dispensado das aulas de educação física, que são mal preparadas e, em vez de ajudar, prejudicam o esportista. Nestas aulas não se ensina, simplesmente se cumpre o horário.

Para chegar ao título de campeão, Mauri não recebeu quase nenhuma atenção por parte de órgãos oficiais. Quando tinha necessidade de cerca de cinquenta dólares para viajar e disputar um campeonato sul-americano de natação, tudo que recebeu da Secretaria de Desportos foi dez dólares. O restante ele obteve com parentes e amigos.

Com os outros atletas a situação é a mesma. A não ser que tenham o apoio de algum clube, a carreira precisa ser autofinanciada, o que faz com que muitos acabem largando o esporte.

Foi o que aconteceu com Luiz Reinaldo Fleck, recordista sul-americano de natação. Atleta do Grêmio Náutico União, com total apoio do clube até o dia em que surgiu a preocupação com algum tipo de retorno. Em consequência, o União retirou todas as facilidades de treinamento que oferecia e Fleck, sem conseguir novo "padrinho", abandonou a natação.

A falta de divulgação do esporte amador é responsável direta pela falta de re-

torno monetário por parte dos clubes. A realização de um mundialito de vôlei no Brasil, com equipes de grande habilidade determinou que este torneio fosse transmitido para todo o país por uma cadeia de televisão. Isso só aconteceu porque equipes de fora disputaram com o Brasil um título mundial o que garantiu um bom público e, conseqüentemente, uma boa renda publicitária.

Só depois desta grande divulgação, quando o Brasil tornou-se vice-campeão mundial, o vôlei foi reconhecido como uma nova fonte de renda para os diversos canais de televisão, rádio e jornais. Atletas como Bernard, Xandó e Renan, tornaram-se momentaneamente tão conhecidos como Zico, Falcão e Sócrates e o vôlei transformou-se no segundo esporte nacional, coisa que já havia acontecido com o automobilismo durante os dias de glória de Emerson Fittipaldi e com o tênis nos anos de esplendor de Maria Ester Bueno.

Talvez por isso a chance que o vôlei brasileiro teve foi agarrada com unhas e dentes por todos os interessados e os resultados tenham sido os melhores. Mas as previsíveis novas oportunidades que poderiam ser dadas ao esporte amador, não ocorreram. E muitos outros campeões amadores estão ainda condenados a continuar sendo ilustres desconhecidos.

Beatriz Bakalczuk Cantergi



A programação das FMs restrita cada vez mais apenas a música.

Eva e Scalco: duas perdas

● Faleceu no dia 3 de maio um dos mais conhecidos fotógrafos esportivos do Brasil, João Baptista Scalco Pereira. Com apenas 32 anos de idade, ele foi vítima de uma rara virose no pericárdio, que surgiu na Espanha, durante a Copa do Mundo, onde faria a cobertura para a Revista Placar. Scalco ainda permaneceu em coma durante um mês no Instituto do Coração em São Paulo.

Scalco tornou-se uma figura pública, não só pelo seu trabalho diário, mas, principalmente, pela conquista do prêmio Esso Nacional pela denúncia e cobertura do seqüestro dos uruguayos Lilian, Francesca, Camilo Celiberti e Universindo Diaz, em Porto Alegre.

O corpo do jornalista foi velado no saguão da Assembléia Legislativa acompanhado por amigos, parentes e colegas, todos tomados pela emoção. Vieram de São Paulo acompanhando o corpo, a mulher de Scalco e seus dois filhos, Marco Aurélio Borba, diretor da Revista Placar, Luiz Cláudio Cunha que também testemunhou, junto com Scalco, o seqüestro em 1978 e dividiu o Prêmio Esso.

Scalco percebia a vida através do visor da máquina fotográfica. Com o dedo acionando o disparador, ele prendia os momentos de vida em fotos e em vitórias para nós e para ele era respeitado e admirado por seus colegas da imprensa brasileira, não só por seus feitos profissionais, mas principalmente por sua honestidade e consciência de provar, através da fotografia, a verdade.

Embora tenha passado quase toda a vida voltado para os meios esportivos, entre jogadores e presidentes de clubes de futebol, praticamente ninguém, do meio esportivo foi despedido-se do repórter-fotográfico. O corpo de João Baptista Pereira Scalco foi sepultado no cemitério João XXIII, no dia 4 de maio.

● Outra perda sentida no jornalismo gaúcho foi a de Eva Maria Oyarzabal Pinto de Castro Caparelli, redatora da Editora Internacional do Correio do Povo. Evinha, como carinhosamente a chamavam seus colegas, era casada com o escritor e professor da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS Sérgio Caparelli, deixando dois filhos, Lívia, de cinco anos e Daniel, de dois meses. Sua morte foi decorrência de hemofilia pós parto, verificando-se dia 19 de maio no Hospital da PUC, onde esteve internada por várias semanas. Dois dias após ela completaria 34 anos.

Eva Caparelli era natural de Bagé. Começou no jornalismo em 1973 em Zero Hora. Depois, trabalhou no Departamento de Notícias da Rádio Gaúcha transferindo-se posteriormente para a Folha da Manhã e, finalmente, para o Correio do Povo.

De fácil relacionamento, Evinha conquistou um vasto círculo de amigos, formados nos locais onde trabalhou, destacando-se também como competente profissional de imprensa graças ao interesse que dedicava ao trabalho desenvolvido. Seu desaparecimento, por isso, foi bastante sentido entre a classe dos jornalistas. Eva Maria foi sepultada no Cemitério Eumênio João XXIII a cujos atos compareceu um grande número de colegas e amigos.

O velho gauchismo renasce.

Os CTGs tentam seguir

O chimarrão e a bombacha voltam às ruas para tomar um espaço que supera as fronteiras do Rio Grande. Gauchismo, moda que se projeta no país inteiro

Desde 1930 o resto do país tem servido de palco para os expoentes gaúchos, nada mais lógico que o velho bairrismo sulino volte a gritar do alto das coxilhas. De políticos a estrelas da MPB e do teatro, o Rio Grande do Sul sempre ofereceu o que tinha de melhor. Getúlio Vargas, Leonel Brizola, Elis Regina, Lupicínio Rodrigues, Kleiton e Kledir, Walmor Chagas, Osvaldo Aranha e muitos outros foram buscar lá fora o que faltava em seu berço; na luta pelo simples estrelismo ou justo reconhecimento de talento, eles continuam abandonando a terra porque afinal gaúcho — etimologicamente — significa aquele que cantá triste.

Para compensar estas perdas e outras maiores, causadas pelo imperialismo norte-americano — o tradicionalismo cresce e é posto em questão. Ao tomar posse no dia quinze de março passado, o novo presidente do Movimento Tradicionalista Gaúcho, Onésimo Duarte, afirmou que é necessário assumir a consciência política deste movimento para que ele se torne mais independente do que se encontra agora. "Ele precisa se afirmar como entidade autônoma, representativa que é, não como pedinte."

O MTG é uma federação que congrega as entidades tradicionalistas, controlando e coordenando-as, através de 27 coordenadorias gerais espalhadas pelo Estado. Segundo Edson Otto, vice-presidente da entidade, "ela é da maior expressão do Rio Grande do Sul e fora dele para a preservação das peculiaridades deste tipo singularíssimo no Universo que é o gaúcho." Amores extremos a parte, o tradicionalismo precisa ser revisto até porque representa o sentimento de cerca de um quarto da população deste Estado em número de filiados.

Em livro a ser lançado em setembro pelo Jornal TCHÊ, Tau Golim em A Ideologia do Gauchismo, coloca esse movimento ao lado das manifestações elitistas do Rio Grande. "Desde o século XIX, principalmente a partir do Partenon Literário, trançam-se as idéias e as expressões culturais que compõem o universo Tradicionalista. Até a década de trinta do século XX, uma base econômica o justifica, pois o capital riograndense era eminentemente pastoril. Os intelectuais levam na sua arte o universo latifundiário." Em contrapartida, Edson Otto lembra que "em 46, 47, a juventude provinda de diversos rincões reunida em Porto Alegre, se apercebia que estávamos perdendo nossas características e impingiam-nos outras formas culturais que não eram nem brasileiras. Foi nesta ocasião, depois da segunda grande guerra, que esses jovens, reunidos no Colégio Júlio de Castilhos, tiveram a



Henrique Finco

idéia formidável de fundar o 35, Centro de Tradições Gaúchas, embrião deste hoje colossal MTG, para defender o Rio Grande do Sul da perda de sua originalidade."

A carta de princípios do Movimento Tradicionalista Gaúcho, redigida por Glaucus Saraiva, foi aprovada em 1961, no Oitavo Congresso de Taquara. Ela rege, em seu primeiro artigo, que o objetivo do tradicionalismo é auxiliar o Estado na solução de seus problemas fundamentais e na conquista do bem coletivo. Segundo Tau Golim, há falta de definição deste Estado como geográfico ou administrativo, provocando desta forma uma certa imparcialidade indevida. Glaucus, no entanto, acharia melhor até a troca da palavra auxiliar por colaborar diretamente nos problemas fundamentais do Estado, auxiliando as autoridades democraticamente constituídas em busca destas soluções.

Este atrelamento ao Estado, caracterizado pela concessão de verbas, culmina no décimo terceiro artigo da carta de princípios que rege: "Evitar toda e qualquer manifestação individual e coletiva movida por interesses subterâneos de natureza política, religiosa ou financeira". Esquece-se porém que a cultura é um reflexo das condições de liberdades políticas e de expressão em que vive a população. Onésimo Duarte faz questão de que haja posicionamento político. A carta de princípios porém não faz nenhuma referência a isso, luta apenas por uma independência psicológica e ideológica de nosso povo, como diz o

259 artigo.

Este convênio com o Estado, expresso na Carta de princípios que nunca foi alterada, mostra um desinteresse absoluto por qualquer mudança. "Não houve até hoje nenhuma crítica ou questionamento que provocasse a necessidade de alteração" diz Saraiva; redator da carta. "No meio do tradicionalismo os radicalismos são muito raros e isto é muito bom porque nos aproximamos todos do centro, praticamente ninguém nas extremidades, o que é muito produtivo e fecundo", reforça Edson Otto.

O gaúcho felizmente não está sozinho neste Estado. Convivem com ele diversas colônias de italianos, alemães, portugueses, espanhóis, negros, que contribuíram cultural e economicamente para que este Rio Grande pudesse se chamar tão honrosamente grande. Segundo Tau Golim, os ideólogos da carta analisam as questões sociais e culturais superficialmente, e chegam a definir o imobilismo como meta, conforme a recomendação do artigo quinto: "Criar barreiras aos fatores e idéias que nos vêm pelos veículos normais de propaganda e que sejam diametralmente opostos ou antagônicos aos costumes e pendores naturais de nosso povo." Para Tau Golim, "o isolacionismo constitui uma de suas bandeiras mais fortes e só a condenação de tudo que for de fora possibilita que o tradicionalismo monopolize a cultura." Otto explica que "todos são muito bem recebidos e os grupos de diferentes etnias que chegam aqui no Rio

Grande do Sul pouco a pouco absorvem os nossos costumes e querem ser como é o gaúcho." Essa reação segundo Saraiva não passa de uma defesa. "Hoje, até no mundo oriental temos a cultura norte-americana impregnando as populações, como as nossas que formam, lamentavelmente uma colônia cultural dos Estados Unidos. É necessário então que o Centro de Tradições Gaúchas, além de tudo que defende a carta de princípios, propugne para que o gaúcho de descendência estrangeira se orgulhe, sinta necessidade de ser o que é, no ambiente em que vive, para não se sentir deslocado e em choque com o próprio grupo com o qual convive. Isso se faz através da vivência no CTG."

Como fica o Movimento Tradicionalista entre o gaúcho heróico, esse que faz a história, e o gaúcho sem-terra, desempregado ou analfabeto? "As coisas não mudaram muito, pois mesmo o gaúcho que fez a história e hoje é cultuado era analfabeto e despilhado, no sentido de não ter dinheiro, nem terras, nem gado" diz Otto. "Nós temos uma preocupação em melhorar esta situação tanto que levaremos, ao Governador do Estado, um plano para transformar os CTGs das nossas regiões rurícolas em centros sociais rurais para levar ensinamentos e cultura, enfim condições humanas para este quase submundo que ainda existe no Rio Grande do Sul."

Mas hoje o Rio Grande não vive de exportação artística. Com uma média de um festival de música gaúcha por semana, nem todos com o nível que se espera de promoções como estas, começam a surgir novos valores que não precisam abdicar da cultura local para fazer sucesso no resto do país. Em fevereiro, a revista Veja destaca nossos compositores e intérpretes exatamente por esta virtude, embora insista num folclorismo pejorativo — "Com folclore e boas idéias, o Rio Grande começa a alterar o perfil da música brasileira. Por todo o Estado, entre laçadas de touros e goles de chimarrão, os gaúchos desenvolveram um dos movimentos musicais mais intensos do país."

Gaúchos por acaso, por estado de alma, por natureza, todos, tradicionalistas ou não, lutam para, em grupo ou isolados num palanque, defender seus ideais que quase nunca estão fixados nas cartas do oficialismo. Para a geração mais jovem, o legado cultural inclui também o movimento da história que se faz hoje, sem a eternidade do culto ao passado. É o que Mário Barará e Sérgio Napp mostram na música Desgarrados — um gaúcho vivo que, mesmo sem ter cara de herói, faz a história do dia a dia.

Eles se encontram no cais do porto pelas calçadas
Fazem biscates pelos mercados,
pelas esquinas
Carregam lixo, vendem revistas,
juntam baganas
E são pingentes nas avenidas
da capital
Eles se escondem pelos botecos
entre os cortiços. . .

Artesanato na ilha em cooperativa

Na Ilha Grande dos Marinheiros, a 8 quilômetros de Porto Alegre, encontra-se a Cooperativa dos Artesãos das Ilhas do Guaíba. Durante a manhã e o começo da tarde das quartas-feiras, um grande movimento mostra o funcionamento da Cooparig, quando cerca de 30 artesãs chegam com seus trabalhos de tecelagem em juta ou lã e algumas confecções de tricô.

Palas, ponchos, cobertores, capas, tapetes, cortinas, panós, casacos, bolsas, preenchem o espaço do simples galpão de madeira da Cooperativa, localizado ao fundo de um terreno à beira da estrada.

HISTÓRICO

Os trabalhos em tecelagem tiveram início em 1972, quando a Irmã Marie-Eve Collard começou a desenvolver cursos de artesanato para crianças. Ministrados na Sociedade dos Amigos da Ilha (SADI), constituíram aulas extra-classe. Quase ao mesmo tempo, notando que as mães também tinham grande necessidade de aprender alguma atividade manual, a Irmã Marie-Eve (atual presidente da SADI e da Cooparig) organizou os cursos de tecelagem.

À medida que terminavam o curso as artesãs eram registradas como funcionárias da Sociedade. Com o tempo, a SADI não comportava mais o número crescente de empregadas e foi então que surgiu a necessidade de um novo tipo de organização para as trabalhadoras. Oficializada em outubro de 1981, a Cooparig surge com o objetivo de reunir todas as artesãs.

Segundo Don'Ana, uma das mais antigas artesãs, o fato delas continuarem aperfeiçoando seus trabalhos constituiu, também, um forte motivo para a criação da Cooperativa. Atualmente, os cursos continuam sendo desenvolvidos sob a responsabilidade da SADI, tendo como professoras pessoas como Don'Ana.

INSTALAÇÕES

À margem esquerda da estrada de acesso ao interior da ilha, percorridos quatro quilômetros, situa-se a sede da Cooparig. As instalações, um galpão e oito casas pertencem à SADI e são alugados à Cooperativa. O galpão avarandado é dividido em dois grandes ambientes. Na parte utilizada para ministrar os cursos de tecelagem para adultos, encontram-se muitos teares e rocas. A outra peça é o local onde são reunidos os trabalhos das artesãs. Uma das casas é utilizada como depósito de lã e juta.

A Sociedade aluga outras cinco casas para moradia de artesãs e ocupa os dois prédios da frente para ministrar aulas para crianças de 7 a 14 anos.

SITUAÇÃO ECONÔMICA

Além de pagar o aluguel dos prédios onde está instalada, a Cooparig tem despesas com os salários de suas duas únicas funcionárias: uma contadora e uma auxiliar de escritório. Trabalham ainda, voluntariamente, em função da Cooperativa, a presidente, a gerente e um grupo de cerca de 20 senhoras.

Sendo recente e tendo feito dívidas para poder se estruturar, a Cooperativa até agora só teve déficit. Pelo princípio cooperativista o eventual lucro será redistribuído entre as associadas.

As pessoas ligadas a Cooperativa contam que, no inverno, a procura pelos trabalhos é muito boa. Há grande interesse pelos artigos de lã, que realmente são mais variados e muito úteis. No verão, entretanto, as vendas diminuem, pois há maior procura por artigos de tecidos leves. Tentando solucionar este problema já está em tramitação há alguns meses o projeto de exportação dos trabalhos das artesãs.

Gramado 83: badalações e festas substituem debates

Mercado pelos estrelismos, inclusive dos jurados, o Festival de Gramado não foi o que se espera de um encontro de cinema. Teve mais festa do que discussão.

Sempre que ocorre uma promoção da dimensão do XI Festival do Cinema Brasileiro de Gramado, acompanham-se pelos meios de comunicação os acontecimentos oficiais, as brigas publicáveis, as fofocas e diz-que-me-diz-ques populares. As opiniões todas acabam convergindo para um senso comum e a grande maioria das pessoas se omite de manifestar uma posição diferente. Por isso tentamos aqui fazer uma reconstituição do festival de uma outra maneira, que seja, pelo menos, diferente daquelas que a chamada crítica especializada publicou na sua realização.

Alguns dados a respeito do cinema nacional ficaram, de certa forma, evidenciados na realização deste XI Festival do Cinema em Gramado. Tem-se a sensação que ninguém leva a sério o cinema nacional; as pessoas — participantes ou não — confundem um festival de cinema com desfile de estrelismo; e a qualidade da produção, do produto como um todo, deixa muito a desejar, mesmo que sejamos infinitamente paternalistas. É difícil encontrar um único filme nacional que tenha causado o "frisson" e o estouro que representa grande parte das produções estrangeiras.

O JÚRI

Mas um acontecimento à parte neste festival foram os membros do júri, que quase conseguem promover mais "happenings" que Zé Celso Martinez Correa — ele certamente venceu calçado em sua larga experiência.

Beth Faria fez bonito papel (inclusive uma ponta em *Bar Esperança, o último que fecha*); com seus vestidos deslumbrantes e descontrolada emotividade era a figura mais brilhante do júri. Não assistiu a quase nenhum dos filmes por inteiro e teve alguns a que ela nem assistiu. Mas bom mesmo era o presidente do júri, Justino Martins. Na quarta-feira de manhã voou para o Rio de Janeiro e só voltou a Gramado no último dia, para a entrega dos prêmios. A imprensa alardeou, os outros jurados e membros da Embrafilme acharam que não havia nada mais natural do que ele ter seus compromissos pessoais no meio da mostra competitiva. Os cineastas, pouco mobilizados e aparentando desinteresse, julgaram o fato sem maior importância. O único a manifestar seu repúdio à atitude do presidente foi Zé Celso, que por suas características sabidamente lunáticas, não foi levado a sério. Grande parte dos nove jurados dormia durante as projeções ou simplesmente retirava-se. Aliás, dormir era a maior manifestação encontrada durante a exibição dos filmes no festival.

TRABALHO DA IMPRENSA

Da fila em que sentavam os jornalistas, onde também dormia-se com frequência, havia uma visão panorâmica do cinema inteiro, pois era bem na frente, e doía menos o pescoço olhar para trás que para a tela à frente e em cima.

A maioria destes jornalistas presentes não pôde e não poderá opinar sobre os vários curtas metragens exibidos, já que grande parte ainda trabalhava neste horário. Tudo isso graças à desorganização da sala de imprensa, onde havia três telex instalados na segunda-feira e apenas um funcionava, o mesmo acontecendo com os dois telefones. E as próprias máquinas de escrever eram também insuficientes para o grande número de profissionais da imprensa credenciados.

Em alguns momentos chegou-se a ter dúvidas sobre quem eram as figuras principais deste festival: o número de jornalistas era tão grande que sua proporção era de quase dois para cada artista que esteve em Gramado.

E não se podia deixar de achar engraçado (ou tragicômico, para não perder em exatidão) ver radialistas passando boletins pelo telefone em péssimas con-

dições, enquanto colegas datilografavam, remetiam telex ou até discutiam na mesma sala.

DESCARACTERIZAÇÃO POLÍTICA

Esses fatos somados geraram o grande cansaço no cinema, mas também contribuíram as várias festas organizadas durante a semana. Esse ponto foi igualmente motivo de discussões entre os jornalistas. Tinha-se clara a noção de que tantas promoções paralelas acabavam por interferir na importância política do festival. Em anos anteriores, havia muitas discussões sobre cinema durante as tardes e as madrugadas frias no Hotel Serra Azul. Em 83, nem o clima concorreu para a seriedade: os dias eram bonitos e ensolarados, as pessoas acabavam na piscina ou passeando.

E à noite, reunidas as energias recuperadas durante o sono no cinema, as pessoas iam a festas. Não se tirou uma carta de importância, uma discussão relevante. As pessoas queriam mais era brilhar e se distrair.

Um dos artistas convidados (a Rede Globo enviou vários que nada tinham a ver com os filmes), Mário Gomes, com grosseria declarou que nem sabia que se tratava de um festival de cinema. "Vim como convidado para descansar e não para trabalhar. Por isso não vou dar entrevista nenhuma".

EMBRAFILME

Tudo isso junto acabou no questionamento da intrincada política da Embrafilme, seus critérios de produção, exibição e circulação além de, graças aos percalços na trajetória da semana, ter sido cogitada a suspensão de seu patrocínio ao festival.

Mas o primeiro festival de cinema do PDS passou largo da marca do penalti. Criou-se um clima de suspense com a gigantesca vaia ao governador Jair Soares na noite de premiação (apesar de terem espalhado que a vaia foi pequena). Afinal, até que ponto o Estado e o País (através da Secretaria de Cultura e da própria Embrafilme) têm interesse em ficar patrocinando a crítica ao seu sistema e à sua estrutura?

O caso acaba nos lembrando o famoso DIP, órgão de propaganda do governo Getúlio Vargas, que volta agora à pauta com o centenário do falecido ditador.

Registre-se ainda que o resgate da apresentação do festival — mestres de cerimônia gaúchos não poderiam ter tido pior resultado. A Clóvis Duarte e Tânia Carvalhal faltou o pique necessário a grandes acontecimentos: a desenvoltura, o sair do script sem tropeços, a arte de contornar situações embaraçosas. É louvável a iniciativa de se reservar aos gaúchos a apresentação, mas é preciso que eles sejam mais bem instruídos, tenham mais jogo de cintura, sejam mais cancheiros, exatamente onde saem ganhando em disparada os apresentadores do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Lígia Walper

PREMIADOS DE GRAMADO

SARGENTO GETÚLIO — direção de Hermano Penna.

Melhor filme, melhor ator, melhor ator coadjuvante e melhor técnico de som.

BAR ESPERANÇA, O ÚLTIMO QUE FECHA — direção de Hugo Carvana.

Melhor roteiro, melhor atriz, melhor atriz coadjuvante.

O REI DA VELA — direção de José Celso Martinez Corrêa e Nilton Nunes.

Prêmio especial do júri, menção especial do júri, melhor montagem, melhor trilha sonora.

DAS TRIPAS CORAÇÃO — direção de Ana Carolina.

Melhor diretor, melhor montagem.

IDOLATRADA — direção de Paulo Augusto Gomes. Menção especial do júri.

RIO BABILÔNIA — direção de Neville d'Almeida. Melhor cenografia e melhor figurinista.

JANETE — direção de Chico Botelho.

Melhor diretor de fotografia e melhor música original.



Além de médium, um fenômeno editorial

Francisco Cândido Xavier, 72 anos, o mais célebre e reverenciado médium espírita do Brasil é, sobretudo, um fenômeno editorial. No ano passado, ele comemorou o cinquentenário da antologia poética "Parnaso do Além-Túmulo", o primeiro livro que psicografou, com o lançamento de "Palavras do Coração", a 212ª obra que os mortos teriam enviado à Terra por seu intermédio.

Os 212 títulos lançados por Chico Xavier venderam até agora, mais de 9,5 milhões de exemplares em língua portuguesa, só superados pelo baiano Jorge Amado. "Se ele realmente vendeu todos estes livros, bastaria assumir sua paternidade para transformar-se num dos escritores de maior público do Brasil", afirma Jorge Amado. Mas, Chico Xavier, não se diz autor de nenhuma destas obras: "Estava mediunizado (em transe) ao recebê-las e não despreendi qualquer esforço intelectual ao grafá-las no papel".

Só no ano passado, o médium mineiro vendeu 700.000 livros que rendem 2 milhões de cruzeiros mensais, transferidos integralmente para instituições de caridade espíritas. Sua sobrevivência é assegurada pelos 98.000 cruzeiros mensais que recebe como funcionário aposentado do Ministério da Agricultura, onde se notabilizou como datilógrafo e conhecedor da raça zebu.

Nos papéis trabalhados pelas mãos de Chico Xavier, tanto podem aparecer textos atribuídos a escritores, poetas e cientistas já mortos como, igualmente, mensagens que teriam sido enviadas por familiares, também falecidos, de pessoas presentes à sessão. Os adeptos do espiritismo dizem que, sem ter passado do quarto ano primário, Chico Xavier já teria recebido 605 autores, 328 dos quais são poetas, do português Antero de Quental ao brasileiro Olavo Bilac.

Pão, dinheiro e flores

Quando não estrela alguma sessão espírita, nem incursiona por uma favela de Uberaba distribuindo pão, dinheiro e, eventualmente, flores, Chico Xavier permanece trancado em casa. Ali entra em transe diários e, horas a fio, psicografa mensagens que serão prontamente transformadas em livros.

Aparentemente avesso às pompas do mundo, mora numa casa modesta de quatro peças e, além da companhia de duas dúzias de gatos e cachorros de raça, permite-se um único luxo, o aparelho de som. É ouvindo música erudita que psicografa os livros, e assegura que um dos espíritos que o usam como instrumento aprecia muito a Sinfonia Fantástica, de Berlioz.

Prêmio Nobel da Paz

Celibatário convicto, Chico Xavier enaltece a vida familiar, condena o aborto, mas aceita a pílula anticoncepcional. Seu reduzido círculo de amigos íntimos, que não vai além de cinco pessoas, costuma fazer elogios à vida privada de Chico Xavier. "A mediunidade independe da moral do indivíduo", ressalva o dentista Car-

los Antonio Baceli, 34 anos, dirigente da Aliança Municipal Espírita de Uberaba. "Mas nele a qualidade mediúnica e a moral superam todas as exigências éticas". Esses atributos, somados à sua pública preocupação com os pobres, beneficiários dos direitos autorais, levaram três espíritas convictos — Augusto César Vannucci, diretor da TV Globo, Freitas Nobre, deputado federal pelo PMDB de São Paulo, e Dionísio Azevedo, ator — a renovarem no último ano em Oslo, Noruega, a candidatura de Chico Xavier ao Prêmio Nobel da Paz.

A candidatura já fora apresentada uma outra vez, endossada por mais de 10 milhões de brasileiros que assinaram manifestos, telegramas e cartas, sensibilizados por uma campanha do programa Fantástico, da TV Globo. Vannucci, um dos chefes da campanha, é um cliente fiel de Chico Xavier. E no seu teatro, o Teatro Vannucci, um moderno auditório para 400 pessoas no Shopping Center da Gávea, no Rio de Janeiro, foi apresentada no ano passado uma coletânea de textos psicografados por Chico Xavier e pelo médium baiano Di-valdo Franco.

Mestre da psicografia

A psicografia é uma manifestação corriqueira entre os médiums que atuam nos 5.000 centros kárdécistas catalogados pela Federação Espírita Brasileira, com sede no Rio de Janeiro, mas Chico Xavier é, sem dúvida, o seu mestre. "Ele é o mais importante psicógrafo do país em todos os tempos", avalia Francisco Thiesen, 55 anos, presidente da Federação.

O falecido acadêmico Raimundo Magalhães Júnior, ao examinar o que saíra da ponta do lápis de Chico Xavier, ficou impressionado. "Se ele é um embusteiro, é um embusteiro de talento, escreveu Magalhães Júnior". Sua facilidade de imitar seria um dom especialíssimo, porque ele não imita apenas Antero de Quental, Olavo Bilac e Humberto de Campos, mas Alphonsus de Guimarães, Artur Azevedo e Antônio Nobre". Magalhães Júnior também se impressionou com o fato de Chico Xavier psicografar, eventualmente, mensagens em outros idiomas, como o italiano e o inglês.

Caipira de Pedro Leopoldo

No auge da fama, Chico Xavier continua o mesmo caipira manso e bem-humorado, filho de um bilheiteiro e de uma lavadeira de Pedro Leopoldo, a 30 quilômetros de Belo Horizonte, que adotou o kárdécismo aos 17 anos, depois de ver a irmã curada de ataques de loucura numa sessão espírita. Controvérsias sobre sua mediunidade e poder de psicografar são inúmeras, mas a verdade é que Chico Xavier já foi lido por milhões num país em que o livro não tem muita vez, e depois de Jorge Amado é o mais lido dos brasileiros que se aventuram pelo caminho das letras. Mesmo que no seu caso as mensagens venham do além.

Lisiane Gularte de Carvalho

O trabalhador luta por seus direitos

Entre a ameaça de desemprego e o arrocho salarial, provocado por medidas como o Decreto-Lei 2024, os trabalhadores tentam achar formas mais concretas de organização e luta

O acordo PDS-PTB restituiu a maioria parlamentar ao Governo. Em troca do voto de 13 deputados do PTB, o Governo retirou o decreto-lei 2.012, que alterou a Lei Salarial de novembro de 79, e colocou o decreto-lei 2.024, que como o anterior entrou em vigor na data de sua publicação.

Segundo o acordo, o Governo se compromete a estender o aumento de 100% do INPC para quem ganha até 7 salários mínimos. No decreto 2.012, o aumento de 100% só atingia os que recebiam até 3 salários, enquanto a faixa de 3 a 7 ganhava 80%. Uma pequena concessão, se for comparada com a antiga lei salarial que vigorou até janeiro deste ano, que estipulava para a faixa de até três salários mínimos o aumento de 10% acima do INPC e 100% para as faixas de até 10 salários. Além dessa mudança, o Governo aceitou 11 das 35 propostas apresentadas pelo PTB, referentes a redução da jornada de trabalho, elevação do custo da hora extra, maior dificuldades na dispensa sem justa causa e modificação da legislação sindical.

Nas negociações entre PDS e PTB nem se chegou a discutir os 10% acima do INPC para quem ganhava até três salários mínimos. Esse era o item do decreto 2.012 que mais oposição encontrou entre os trabalhadores. No ponto de vista dos sindicalistas os 10% era o único aumento real de salários que o trabalhador tinha, e acabar com ele foi reduzir ainda mais seu poder aquisitivo. Jairo Carneiro, membro da Oposição Sindical dos Metalúrgicos de Porto Alegre, pensa que, além da perda dos 10%, hoje, o aumento semestral é todo consumido pela inflação. Como exemplo, ele cita o caso do metalúrgico que ganha o mínimo da categoria. No ano passado, esse trabalhador teve uma defasagem de Cr\$ 99.606,30, isto é, quatro salários, que foram comidos pela inflação, sem que fossem repostos no próximo reajuste.

Outra crítica feita ao acordo é a de que não foi adotado nenhum projeto para combater o desemprego. O presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Rui Barreto, acha que isso só demonstra que hoje se discute salário e não emprego. Para ele, o que protege o trabalhador não é a lei salarial, mas o emprego. Mesmo o senador Carlos Chiarelli (PDS) reconheceu que medidas como a redução da jornada de trabalho e o aumento de 20% para 40% do pagamento de adicional por horas extras, só geram emprego se as empresas quiserem manter sua produção atual.

DESEMPREGO

Miguel Rosseto, membro da Intersindical do Vale dos Sinos também considera que a maior preocupação do trabalhador é a ameaça do desemprego. E isso na sua opinião, está fazendo

Márcia Quartiero

com que os operários não fiquem mais tão preocupados com o aumento salarial do disídio, com as picuinhas que podem conseguir aqui ou ali. "Eles percebem que as questões são mais de ordem política, como a estabilidade, e que elas só podem ser conseguidas mudando toda a estrutura. Não adianta só reivindicar salários senão tem a segurança de continuar no emprego, nem a certeza de que a fábrica não vai falir no dia seguinte".

Segundo Ricardo Baldino, presidente do sindicato dos trabalhadores na Construção Civil, o desemprego nesse setor aumentou 40%, existindo atualmente 85 mil desempregados. No Rio Grande do Sul, de acordo com as estimativas da DIEESE, há mais de 300 mil desempregados, e na região metropolitana de São Paulo, em maio de 81, existiam 774 mil pessoas sem empregos, além de um milhão 155 mil sub-empregadas. No estado o setor metalúrgico é um dos mais atingidos. Segundo a FIERGS, no ano passado o nível de pessoal ocupado teve um aumento negativo de 12,9% em relação a 81, sendo que só no primeiro trimestre desse ano o número de dispensas chegou a 6 mil.

Em Porto Alegre, a oferta de 50 empregos por uma firma da construção civil, que na realidade só possuía 3 vagas, ocasionou a criação de uma comissão de desempregados. Em fase de articulação, esta comissão tem como principais reivindicações a criação de novos empregos, a estabilidade nos antigos e o salário-desemprego. Em Passo Fundo também foi criada uma comissão nestes moldes, que já possui 3 mil assinaturas de desempregados.

A greve da Coemsa foi a primeira do Estado a reivindicar estabilidade. Os trabalhadores pararam 12 dias diante da possibilidade de demissão de 600

operários. Na mesma época, os trabalhadores da Massey-Ferguson aceitavam a proposta da patronal de diminuição da jornada de trabalho com redução de salário. Nos dois casos, a mesma preocupação em manter o emprego, que também se manifestou na proposta, não aceita pelos patrões, dos metalúrgicos de Canoas de trocar a produtividade pela estabilidade. Os trabalhadores da Coemsa conseguiram como resultado da greve, uma estabilidade de dois meses, quando pediam um ano, e a obrigação de repor as horas paradas. No final de maio a Coemsa quebrou o acordo e demitiu 238 metalúrgicos.

Paulo Renato Paim, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, a greve mostrou que o operário tem consciência suficiente para parar reivindicando a manutenção do emprego. Numa fábrica com 1.300 trabalhadores não foi hecossário fazer piquetes, e isso tudo só por causa de ameaça de demissão.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Vestiário, João Paulo Marques, no entanto, acha difícil atualmente manter uma greve por estabilidade, "porque os empresários não querem que haja um precedente como esse e, como ocorreu na Coemsa, apoiam a empresa que está em greve para que não ceda". Conforme sua opinião, os trabalhadores da Coemsa deveriam ter percebido isso e reivindicando coisas mais negociáveis.

Miguel Rosseto, que trabalhava na Coemsa na época da greve, acredita que quem diz que a greve foi uma derrota não leva em conta a vitória política do movimento, que conseguiu colocar o problema do desemprego na rua e aguentar uma greve até o seu limite máximo. Para ele, pensar que uma greve por estabilidade não é prioritária é desconhecer o ambiente dentro da fábrica e o que realmente preocupa o trabalhador hoje. "Esse tipo de opinião faz parte de uma visão que julga que a função dos sindicatos é apenas lutar por melhores salários, deixando a luta política para os partidos".

GREVE GERAL

O quadro de desemprego e a ameaça de leis como o decreto 2.012 e, agora, o 2.024 provaram a necessidade, por parte dos sindicalistas, de encontrar novas formas de pressão fora da esfera parlamentar. Se antes havia a possibilidade de que leis prejudiciais aos trabalhadores não passassem no Congresso, hoje, com o Governo tendo maioria, isso se torna quase impossível.

No dia 18 de maio ocorreu a nível nacional um dia de protestos contra o decreto 2.012 e o desemprego. Essa deliberação foi tomada pela Comissão Pró-CuT tendo como base as propostas tiradas em reuniões estaduais. Aqui no Rio Grande do Sul, essa reunião realizou-se no Araújo Vianna, no dia 19 de março, e tirou o indicativo de greve geral para o dia 18 de maio.

Porém, na manifestação de 19 de maio, que ocorreu em Caxias com cerca de dez mil pessoas, a proposta de greve de um dia foi rejeitada, apesar de contar com o apoio de diversos sindicalistas.

Segundo a opinião de Pedro Carletti, membro da Oposição Sindical do Sindicato da Construção Civil, a greve não foi aceita por causa do lugar escolhido para a manifestação de 19 de maio. "Acho que a Intersindical levou o encontro para lá para que não ocorresse nada. 90% dos que foram eram turistas. O PDT, por exemplo, deu churrasco para todos que foram nos seus ônibus, além de levar para visitar o museu e o centro da cidade, chegando no Ginásio às 5h da tarde, quando as propostas já estavam sendo votadas".

Com a não-realização da greve, foi tirado em Caxias um ato público no Centro de Porto Alegre. Esta manifestação, que contou com aproximadamente 2 mil pessoas, entregou, depois de uma passeata até o Piratini, um documento ao governador Jairo Soares de repúdio a política salarial do Governo.

Tanto no encontro de 19 de maio, como no do dia 18 foi reafirmada a disposição à greve geral. Para tanto o encontro de Caxias deliberou pela organização de Comitês pela Greve Geral.



Paim: sindicalismo em hora difícil

A crise cresce e entope a justiça do trabalho

O movimento da Justiça do Trabalho cresce à proporção da crise que o Brasil atravessa. O número de desempregados aumenta dia a dia, e não há condições da Justiça acompanhar esta realidade. O governo brasileiro está investindo na área trabalhista, e o número de Juntas de Conciliação e Julgamento tem crescido de forma acelerada. Em 1970 havia 195, hoje existem mais de 400 Juntas espalhadas em todo o território nacional.

O constante aumento de empresas, paralelo ao crescimento populacional, torna a Justiça do Trabalho mais vagarosa devido à grande quantidade de processos. A concentração da população nos grandes centros urbanos, principalmente no eixo Rio-São Paulo, faz com que as audiências se tornem cada vez mais espaçadas uma das outras.

O prazo médio de audiências na cidade de São Paulo é de 170 dias. A continuar neste ritmo, as previsões são pessimistas, e a Justiça, para manter em dia os julgamentos, terá que estar preparada administrativamente para poder atender com presteza os reclamantes.

A atual crise financeira que afeta todos os setores da sociedade brasileira gerando grande número de desempregados, empresas em falência, inflação crescente e insatisfação do povo, atinge diretamente a Justiça, pois mais trabalhadores a ela recorrem.

Somente no ano passado, a indústria automobilística, compreendendo montadoras e fábricas de autopeças, fez cerca de 60 mil desempregados. Os dados do IBGE revelam que em todo o Brasil existem mais de um milhão de pessoas sem emprego, causando um congestionamento ainda maior em todas as instâncias da Justiça trabalhista.

O RIO GRANDE DO SUL

Atualmente, existem no Rio Grande do Sul 50 Juntas,

15 delas em Porto Alegre. Só na Capital, no ano passado, foram resolvidas 111.449 questões, ficando a média de 7.429 processos por Junta. Nestes primeiros meses do ano, a média está por volta de dez mil, prevendo-se até dezembro, um total de 115 mil no movimento global.

Diante desse quadro, tem-se a real idéia de como funciona a Justiça do Trabalho, acumulando cada vez mais processos e levando alguns experts da legislação trabalhista a desacreditar na eficácia dessa especializada.

Em Porto Alegre, no ano de 1982, foram recebidos 27.984 processos. No interior do Estado, 37.385 reclamações foram feitas, totalizando 65.368. Este total, mais os do ano passado, que ficaram pendentes, dão uma soma de aproximadamente 100 mil reclamações.

TRT

Em segunda instância temos o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, que em Porto Alegre fica situado no centro da cidade a Praça Rui Barbosa, 57. O volume de ações trabalhistas em grau de recurso, provoca a falta de tudo, inclusive de espaço físico, sem falar nos inúmeros problemas administrativos, como a falta de funcionários, de juízes e o acúmulo cada vez maior de ações.

Para poder atender a demanda, o Governo Federal está construindo um prédio novo, na esquina da Avenida Ipiranga com Praia de Belas, abrindo assim este importante órgão judiciário. Atualmente, o Tribunal funciona com três Turmas de seis juízes, porém, já está em tramitação no Congresso Nacional a criação da Quarta Turma, sendo a primeira a funcionar com este número, no Brasil.

Riograndino Tabajara Alves Branco

Tabela - Percentuais de incidência dos reajustes salariais semestrais

| 1979 / 1983 | | | | |
|--------------------|-----------|------------|---------------|---------------|
| Lei/Dec. Lei | Lei 6708 | Lei 6886 | Dec. Lei 2012 | Dec. Lei 2024 |
| Início da vigência | Nov./1979 | Dez./1980 | Fev./1983 | Jun./1983 |
| Até 3 SM | 110% INPC | 110% INPC | 100% INPC | 100% INPC |
| 3/7 SM | 100% | 100% | 95% | 100% |
| 7/10 SM | 100% | 100% | 80% | 80% |
| 10/15 SM | 80% | 80% | 80% | 80% |
| 15/20 SM | 80% | 50% | 50% | 50% |
| Mais de 20 SM | 80% | Negociação | Negociação | Negociação |

Obs: SM — maior salário mínimo do País

De 79 a 83, a Lei Salarial mudou quatro vezes. Nessas mudanças os trabalhadores sempre saíram perdendo. Os que ganhavam até três salários mínimos perderam os 10% acima do INPC, e as outras faixas sofreram reduções que variam de 20 a 30%

Rajneesh: as idéias de um mestre indiano

O movimento Rajneesh não é religião, nem movimento hippie, como dizem por aí. É um movimento aberto, onde os problemas são colocados para fora a partir da filosofia baseada no amor.

Elas se vestem de vermelho, laranja, cor de vinho ou rosa. Trabalham em bancos, cartórios, restaurantes ou são profissionais liberais. Mas apesar dessa vida comum, nunca passam despercebidos. E não são somente as roupas vermelhas que chamam a atenção. Ao redor do pescoço elas usam um colar de contas de madeira com uma foto de um homem barbudo. Geralmente são pessoas jovens, com uma expressão solta e descontraída que crescem e espalham-se pela cidade. Eles são discípulos (sannyasin) de Bagwan Shree Rajneesh, fundador do Movimento Rajneesh que hoje conta com 300 mil adeptos em todo o mundo.

"Somos apenas uma possibilidade", diz o indiano Rajneesh que em 1966 renunciou ao cargo de professor de filosofia em duas universidades na Índia para espalhar suas idéias pelo mundo. Ele viajou por todo o país pronunciando conferências, fundou um centro de meditação em Bombaim e acolheu seus discípulos. Em 1974, transferiu esse centro de meditação (ASHRAM) para Poona, na Índia, e agora por razões de saúde se estabeleceu em Oregon nos Estados Unidos.

Ma Derwan Prashanti, que há dois anos, antes de entrar para o movimento, se chamava Jane, tornou-se sannyasin, em Poona, logo depois de formar-se em direção teatral pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, quando procurava algum curso de expressão corporal fora do Brasil. Por intermédio de uma amiga, recém chegada da Índia, soube alguma coisa sobre Rajneesh. Seis meses depois, ela "tomava o Sannyas", o que significa entrar para o Movimento Rajneesh. Mas sua significação é bem mais complexa. Ser sannyasin é estar aberto, em busca da liberdade, da libertação do ego, viver melhor, com mais amor e principalmente voltado para o aqui e agora, sem qualquer compromisso com o passado. Prashanti, de 29 anos, recebeu o "omala", colar de contas, do próprio Bagwan e também seu novo nome, que significa profundo silêncio. Todo o movimento baseia-se nas meditações de 108 tipos diferentes, embora ninguém pratique todos. Nesse caso, a meditação não é ficar parado, mas colocar para fora toda a raiva que está dentro do corpo, toda a tensão. "Lá na Índia, a gente ficava várias horas nas meditações, mas aqui ser sannyasin é uma coisa normal. A meditação é feita durante uma hora por dia, sem atrapalhar em nada. Muita gente pensa que entrar para o movimento é mudar completamente de vida. A idéia é realmente a da transformação, mas acima de tudo uma transformação interna. Se a roupa vermelha ou o omala atrapalharem na vida diária, ninguém é obrigado a usá-los".

"NÃO SOMOS HIPPIES"

Em Porto Alegre, a sede do movimento é a Fundação Kevalam - Centro de Meditação Rajneesh que fica numa casa na Pedra Redonda e a representante e coordenadora do movimento é Ma Anand Nitya, uma das fundadoras do centro em 1975. Nesse ano, chegou dos Estados Unidos Ma Yoga Seeta que começou a conta-

rar pessoas para formar um grupo. Gaúcha, com passagem pela Índia, Ma Yoga Seeta formou o centro que hoje conta com cerca de 90 sannyasin, além dos que participam dos grupos de meditação sem fazer parte do movimento. Os vários tipos de meditação são ministrados por Nitya quase todos os dias da semana, com sessões de uma hora, e dois domingos por mês tem trabalho de campo. Ele é dividido em dois turnos e os participantes pagam uma taxa de Cr\$ 2.500,00. A meditação é feita através de música, dança e relaxamentos. Aos sábados à noite, acontece o SATSANG, encontro silencioso com o mestre.

Segundo cálculos do centro Rajneesh paulista, que recentemente se separou da central americana do movimento, existe dois mil adeptos no país. Nitya diz que o centro de Porto Alegre está trabalhando forte para haver cada vez maior conscientização. "Isto para ninguém vir dizer que somos hippies, o que não tem nada a ver". Ela observa ainda que o número de pessoas interessadas em participar do movimento aumentou. "Tá todo mundo procurando desesperadamente algo, mas é bom lembrar que entrar para o movimento só pode ser uma solução na medida que a pessoa estiver consciente das transformações. Agora é moda ser rajneesh. Os sannyasin são pessoas soltas e alegres e isso chama a atenção por que a vida não está fácil. Tem gente que quer entrar só no oba-oba, mas a gente aqui trabalha".

Para entrar para o movimento a pessoa deve fazer meditação durante um mês usando roupas de cores ocres (vermelho, laranja, bordeaux, rosa). Depois, preenche uma ficha que vai para os Estados Unidos e de lá vem de volta o novo nome e o omala, tudo ao custo de uma mensalidade de três mil cruzeiros pagos à Fundação Kevalam.

"TODO O ACONTECIMENTO É BRINCADEIRA"

Para Bagwan Shree Rajneesh, uma pessoa só é livre quando se liberta do ego. Só existe a realização sem o eu e a vida é apenas uma energia transbordante sem qualquer finalidade. As pessoas agem de acordo com algo que vem até elas, servindo de passagem porque tudo é acontecimento e todo o acontecimento é brincadeira. Explicar a filosofia do Bagwan, como diz Prashanti, "é uma coisa difícil. Mas o principal é dizer sim a todas as coisas e aceitar o que vem para você, mesmo que seja uma coisa que não goste. Não se pode deixar o ego dizer sim ou não". Prashanti acha que isso não é uma coisa passiva por que trabalha com as resistências da pessoa - o estar totalmente presente no ato, o estar aqui e agora. "As pessoas não devem deixar que a cabeça interfira em tudo. Ela é apenas uma parte do movimento, o melhor é fazer as coisas sem pensar".

Até há pouco, o movimento Rajneesh não era uma religião. O Bagwan, segundo Prashanti, quer apenas passar suas experiências de iluminado para as pessoas, colocar o amor, toda a sua filosofia é baseada no amor. Ele critica todas as religiões por serem coisas fechadas, mas recentemente, já estabelecido nos Estados Unidos, Bagwan transformou o movimento em religião para regularizar sua situação perante o governo americano. "O Bagwan não tem coerência em nada, mas não é isso o que me interessa". Nessa forma de religião, o Rajneeshismo, existem pessoas que são designadas para fazer casamentos,

batismos e enterros, sempre celebrando com muita alegria.

SEXO, VERMELHO E COLAR

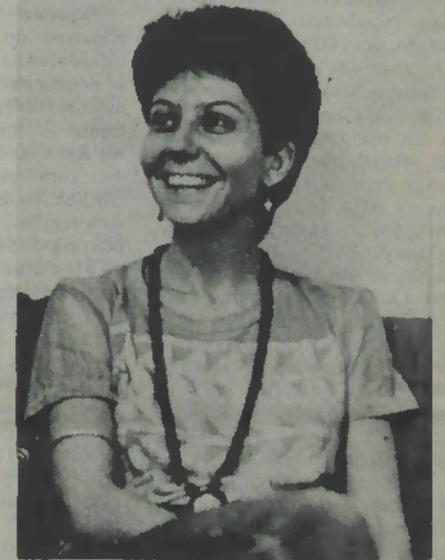
Quando se fala em Rajneesh, pensa-se logo em três coisas: nas orgias sexuais que "eles fazem nas festas"; nas roupas sempre vermelhas e no colar com a foto do mestre pendurado no pescoço. O Bagwan acredita que a maior fonte de repressão que se tem, tanto no Oriente como no Ocidente, é o sexo. Então, para ele, o que se deve fazer é viver as necessidades sexuais profundamente, até superá-las. Para Prashanti, essa idéia de sexo está muito deturpada pelas pessoas. "Rajneesh não é orgia sexual, simplesmente o Bagwan difunde a idéia de sexo como uma coisa boa e vital". Por isso, existe muito o toque físico entre os sannyasin. "É uma troca de energia".

"Cores do amanhecer e do pôr-do-sol, cores de vibração forte que dão uma energia boa". Esta seria uma das razões do porquê os sannyasin usam cores derivadas do vermelho. Mas existem outros motivos. Um deles seria uma propaganda do movimento e ao mesmo tempo uma conscientização da própria pessoa de que ela é um sannyasin. Isto porque todo mundo repara nas roupas dos rajneesh narua. Também é uma forma de reconhecimento de outros sannyasin em todo o mundo. O vermelho é a cor da vibração da nota musical dó e a cor de Marte, uma coisa forte. Além disso, o Bagwan diz: "Meus discípulos são loucos". E nada melhor que o vermelho para chamar a atenção.

E por que usar uma foto do Bagwan no pescoço, se ele mesmo diz que o movimento não é uma religião e que não se deve idolatrar ninguém? Prashanti explica que na Índia, quando se entra em qualquer movimento ou religião costuma-se usar um colar, por isso existe o omala, formado por 108 contas, significando os tipos diferentes de meditação. No centro do colar tem o Loky com a foto do Bagwan, que se define como sendo um espaço vazio, não mais uma pessoa. Mas se não existisse a foto, a comunicação com ele seria mais difícil.

Sandra Pecis

A expansão do movimento Rajneesh é mais um fenômeno do orientalismo que nas duas últimas décadas tomou conta do mundo capitalista ocidental. Na economia, o Japão se impõe, nos centros das grandes cidades, os filmes de Kung Fu lotam as sessões. Abrem-se academias de judô e karatê, restaurantes chineses, japoneses e indianos. Ouve-se música oriental, as pessoas tentam buscar a identidade perdida na esquina de alguma sinaleira e livros de mestres orientais são editados em português, mostrando saídas reais ou



Prashanti: liberdade e amor

imagináveis, se é isso o que as pessoas procuram.

Contraditoriamente, Ma Derwan Prashanti, professora de dança e teatro diz que não está procurando uma solução para sua vida. "Eu procuro experiências cada vez mais intensas, encontrei o Bagwan pelo meu caminho e acho ele uma pessoa maravilhosa. Acho que estou vivendo mais intensamente, deixando acontecer. Eu sempre me enfiava de cabeça em tudo, agora eu perdi a cabeça. É ótimo e recomendo a todos, não como remédio, mas como um jeito livre de viver toda a loucura e assumi-la".

Homossexualismo: Uma alternativa?

Antonio Maciel Filho, 34 anos de idade, nasceu em Uruguaiana e veio de lá com 3 anos de idade.

Já na sua juventude, pensava que o melhor para ele fosse o teatro, participou então de duas peças infantis em Porto Alegre. A partir daí resolveu ir para o Rio de Janeiro tentar a vida como ator, "foi um desastre", segundo ele, pois tinha que trabalhar durante o dia e, à noite ensaiar uma "coisa chatíssima". Descobriu em tempo que era mais importante badalar na noite carioca do que ser ator, pois a noite para Antonio é para ser sentida de outra maneira, isto é, dançar, beber e nunca para trabalhar.

Atualmente está morando em Porto Alegre onde exerce a profissão de cabeleireiro e, à noite, como de costume, frequenta dois únicos bares cabíveis para ele: o "IAB" e o "Ocidente".

Mesmo afirmando ser homossexual e que assume esta atividade, se contradiz ao observar que não poderia assumi-la perante a sociedade: "Eu sou homossexual. E essa história de assumir é meio delicado, por exemplo, na hora que te perguntam no papel qual o meu sexo, é óbvio que o meu é masculino. Eu sou homem. Agora, as pessoas não te perguntam qual a tua atividade sexual. Prefiro fazer sexo com pessoas do

Um tanto amargo, ele aposta muito mais na sensibilidade do homossexual do que na própria sensibilidade peculiar da mulher heterossexual. Desabafa: "Esta sensibilidade da mulher" chorar por qualquer coisa", é meio piegas, quer dizer, a intensidade da coisa que o homossexual sente até chegar ao choro acho que aí vai uma questão de saber em que grau, em que nível, de repente, uma mulher "normal" chora porque viu uma barata".

Maria Helena Aveline

Hippies e punks, um modismo que cheira a mofo

"Os hippies são a forma ideal que a natureza deu ao homem (neste mundo) Viva como eles."

Por esses idos de 80, já se sente um leve cheiro de mofo pelas ruas da cidade. Cabelos ainda crescem mais de dez anos depois. Não é só uma questão de moda. Continua se fazendo o velho novo, uma vanguarda de bengalas. Como moram os jovens em Porto Alegre em plena década de 80? "Olha, eu acho que viver em comunidade no centro urbano está ficando uma coisa difícil. É uma proposta boa e viável no meio rural que oferece a condição básica para a subsistência do grupo. A produção econômica que a vida no campo facilita é que vai segurar a barra". Cláudia, 26 anos, e Rosane, 25 anos, tiveram que fazer uma opção por um sistema empresarial rústico para poder manter a casa que hoje é a Pousada Alternativa Taí. Para essa mudança de visão da vida comunitária serviram de impulso o preço dos aluguéis e as condições de relacionamento interpessoal. "O pessoal tá todo morando em repúblicas, é gente de 18 até trinta anos em média", ou seja, a geração do fim do sonho.

Cláudia tem um filho de 4 meses, Maiz, Rosane uma filha de 8 meses, Araguaia / pela mãe do céu, e o leitinho das crianças como é que fica? / como é que fica? Como é que fica? Como é que fica? / "Nossa fonte de grana é a fabricação e venda de produtos integrais", diz Cláudia que se refere à Avenida Oswaldo Aranha, templo do pazemorsismo e da alternatívice, como ponto de venda de seus pães e docinhos.

Mas não é só em Oswaldo Aranha que se restringe esse mercado. Rosane diz que "o brigue e a feira de domingo da redenção também são bons pontos de venda", o que garante uma renda diária média variável entre 5 e 16 mil cruzeiros.

A opção pela comida natural e pela macrobiótica se deu primeiro como uma postura médica e só posteriormente como uma forma de sustento. A iniciação foi através da associação macrobiótica, a descoberta de livros e o surgimento de uma nova filosofia, "uma macrô não radical, uma síntese tropicalista". E tem mais (ah, tem mais?), tem o Luis Afonso Flores Da Cunha, 21 anos, filho de família tradicional, neto do famoso gaúcho, pai de Maiz e que diz: "Nova filosofia é conhecer a si mesmo e suas necessidades".

RAJNEESH

Rosane: "O pessoal tem tendência a seguir gurus cegamente. Tomam a sua verdade sem procurar a própria."

Afonso: "O que eu penso do Rajneesh é que ele é a liberação do machismo."

Cláudia: "O rajneesh é uma síntese (Freud, Reich e Jesus) mas não quer dizer que devam seguir ele ou alguém (os seguidores só assimilam uma verdade não a analisam)".

Cláudia (de novo): "Os rajneesh tem importância na nossa sociedade e sabem trabalhar muito bem a Psicobioenergética".

E os festivais, aquela coisa toda?

É fim de primavera, a serra gaúcha en-

frenta mais um daqueles fins de semana com noites frias, e no parque da Festa da Uva milhares de jovens se reúnem para uma festa promovida pelos da esquerda estudantil. A rapaziada se amontoa em barracas por três dias para saber o que um punhado de intelectuais e artistas pop tem para dizer.

"O Cio Da Terra foi um encontro es-querdóide onde o público participava pas-sivamente. O que faltava era a participa-ção ativa do pessoal, que o festival fosse uma grande escola com vários laborató-rios" lamenta Rosane (esta Rosane que diz viver como uma eterna viajante, não se fixando em lugar algum por muito tempo).

Os organizadores "marcaram por não ser naturistas" segundo as meninas. O frio que fazia durante os shows que iniciavam por volta da meia-noite quase congelava as toneladas de álcool e baurá consumidos pela multidão que se aglo-merava nos gramados molhados de sereno do parque. "O lixo industrial que se aglomerava diariamente foi uma coisa muito mal feita pois os organizadores só se tocaram do que tava acontecendo no meio só depois de muitos apelos nos-sos e isso já era no sábado, segundo dia do festival". Falou Cláudia.

HIPPIES / PUNKS

Mas existem Punks por aqui? Dá prá contar nos dedos. (nasceram cheirando descarga de automóvel, engatinhavam ao som de Eu Te Amo Meu Brasil, masturbavam-se com propagandas de multinacionais entre uma coelhinha e outra e agora divertem-se nos shoppings e fliperamas da vida, fizeram alguma coisa errada?)

O punk no mundo civilizado já está quase completando uma década, e é viável ser punk num país como esse? É verdade que o Brasil ainda não consta dos mapas? Ah, mas os hippies todo mundo conhece, já faz mais tempo que foram importados, então pode. Não é Wiva? Como é que tu disse mesmo? "Wiva como eles". Abre parenteses para Wiva. Esse moço é poeta alternativo tem três livros publicados e diz que... fecha parenteses para Wiva.

As mocinhas da pousada — intervalo comercial — avisam que é só procurar por elas domingo na feira da redenção se alguém quiser se hospedar e, com uma visão um pouco crítica falam sobre os hippies: "A herança que a gente teve deles é a cortiça da natureza, o rango natural e o pé na estrada, só que tudo isso digerido e adaptado ao nosso momento histórico. Encontramos um equilíbrio através deles".

"Punks? Não, a destruição não adianta e também a gente não sabe como é". Falaram meus amigos Afonso, Cláudia e Rosane. Sim, diga Ângela Rôô: "No hippismo a música era fundamental, como no punk é pretexto". Já disse alguém que de toda a vanguarda o que sobra é o fator estético, de maior durabilidade, enquanto o lado político se apaga com a evolução da história.

Revisionismo a parte, é capaz de um dia dar alguma coisa que preste dessa confusão subdesenvolvida.

Carlos Eduardo Garcia Miranda



No apartamento e na vida, a busca do natural

É necessário por o computador a serviço de todos

Um brevíssimo ensaio: em serviços burocráticos diretamente improdutivos é necessária uma única pessoa onde, há pouco mais de quinze anos atrás, eram preciso três. Para a maior parte desses empregados, para os técnicos e, inclusive, para os quadros das grandes organizações do capital o computador, a "modernização" crescente, não traz senão a superexploração e o agravamento das doenças nervosas da sociedade. A técnica vem, gradativamente, ampliando as neuroses e modificando, num tempo demasiado curto, as funções originais dos elementos fisiológicos do homem.

Para isso, temos uma classe dominante que não renunciou à divisão do trabalho manual e intelectual. Ela, atualmente, apenas banalizou o segundo. A mecanização cibernética chegou bem mais ao trabalho intelectual e assim o vem substituindo pouco a pouco. Raríssimos são os técnicos que ainda compartilham das decisões do sistema, e isso, simplesmente, porque não se encontrou, através da máquina, a possibilidade do controle total, da aglutinação absoluta tão almejada pelo poder.

Assim, "... o capitalismo monopolista de Estado realiza uma tal centralização das decisões e uma integração da vida econômica e social que os recursos aos meios de tratamento automáticos da informação reconhece como necessário". (Barron). Com isso, os indivíduos ativos na produção não

recebem o trabalho economizado. O montante do tempo ganho pela introdução das máquinas não é distribuído entre eles. Nada ganha o operário e muito perde o pequeno burguês. O capitalismo prepara, isto sim, novas camadas sociais (os novos quadros) necessárias ao pretense crescimento da produtividade e, principalmente, na tentativa de fazer sobreviver um sistema que se mostra cada dia mais incapaz, ineficiente e vagaroso ao espírito humano que ele mesmo criou. Dessa forma, proletariza-se a classe média, cujas funções de auxílio ao poder são substituídas pelo computador, e reduz-se violentamente o número de indivíduos que compartilham da mais-valia.

Em todos os ramos da atividade humana a máquina toma o lugar dos elementos que historicamente eram responsáveis pelas grandes revoluções, e são, em nossos dias, os fomentadores da instabilidade social.

Registre-se, porém, que diversos problemas de administração da produção (estagnada proporcionalmente), do controle dos súditos, da minimização dos desequilíbrios políticos são como que resolvidos pelo computador. Contudo, a reprodução de um sistema degradado insere-se também nesse processo, tornando cada dia mais agudas as contradições e os antagonismos de classe. A sociedade capitalista soube, quebrando as relações de produção oriundas do feudalismo

medieval, dar um considerável impulso às forças produtivas, no entanto, hoje, findou o seu papel histórico no desenvolvimento da produção, todos os detalhes são empregados na sobrevivência fundamental da classe capitalista. A real satisfação da sociedade, obtida apenas pelo aumento de matéria transformada disponível e útil, é deixada a um terceiro ou quarto plano de importância.

É necessário crer, antes de mais nada, que o grande público interroga-se cada vez mais com a possibilidade de assistir essas técnicas maravilhosas postas ao seu serviço, cumprindo uma função favorável ao bem-estar geral, a serviço da redução do tempo de trabalho. Isto antes que a agudização crescente das contradições sociais cause-nos danos maiores que a própria escravidão.

O problema é modificar sem destruir as máquinas, e por conseqüência, sem enfraquecer ou reduzir ainda mais as forças produtivas. É necessária uma apropriação coletiva da cibernética e colocá-la a serviço de todos. Se algum dia, porém, em serviços burocráticos diretamente improdutivos, não existirem mais homens, poderá estar extinto o sonho da Revolução.

Luiz Mário Trindade



A sociedade luta por seus direitos

Os movimentos populares, ao contrário do que alguns previam, fortalecem-se. Surgidos quase sempre para resolver problemas específicos, esses grupos reivindicam uma maior participação

Quem esperava de 83 um ano calmo e desinteressante, depois das eleições de novembro passado, sem dúvida está se surpreendendo. Um número cada vez maior de pessoas compreende a necessidade da união e organização na busca de uma participação mais efetiva nos processos de decisão. Isso origina uma movimentação popular que há muito tempo não se via, num país que sai lentamente de um forçado marasmo político.

Essa luta por maior influência na esfera decisória envolve o povo das vilas, passa pelos profissionais liberais e chega até os meios ligados à política parlamentar. Formam-se novos grupos; outros, "velhos de guerra", dinamizam suas atividades: todos saem fortalecidos.

UM BOM EXEMPLO

Pode ser uma luta vitoriosa, como foi a da Vila Nova São Carlos, no ano passado. Os moradores ficaram sabendo, pelo jornal, que exatamente no lugar onde moravam estava sendo projetado o terminal de ônibus Antônio de Carvalho, do corredor da Bento Gonçalves. A vila, que nem sequer tinha uma Associação, começou a se movimentar, auxiliada pelo grupo de pastoral da igreja São Carlos. Em pouco tempo, várias providências foram tomadas, inclusive um estudo com proposta, dirigida ao Demhab, de mudança da localização do terminal. O Departamento Municipal de Habitação não aceitou a proposta, e provocou a decisão dos moradores de não abandonar a vila, até enfrentar a polícia, se fosse necessário. Como contraproposta, o Demhab sugeriu a mudança da vila, indicando dois locais — Sarandi, próximo à Vila Nova Brasília e na Lomba do Pinheiro — ambos rejeitados pelos moradores. Soubese, mais tarde, que mesmo sem a aprovação deles, estava sendo preparado um outro local, também na Lomba. Uma nova visita ao terreno acabou fazendo com que os despejados concordassem com a transferência.

Preocupado com a rapidez na conclusão das obras no corredor da Bento e com a própria imagem do Demhab perante a opinião pública, seu ex-diretor, Sarjob Aranha Neto facilitou a mudança, com a contratação de uma empreiteira que desmontou as casas para remontá-las na Lomba. As 200 famílias foram reassentadas, recebendo terrenos e casas, que pagarão mensalmente com 10% do salário mínimo.

Enfim, foi firmado um protocolo de intenções entre os vilienses e o Demhab — um conjunto de promessas feitas à vila, com assinaturas de advogados e testemunhas. Agora, o que preocupa os moradores é a rede de esgotos, que de acordo com o protocolo, devia ter sido colocada em março; e o recolhimento do lixo, que não constou nas promessas feitas à vila.

Luis Righi, secretário da FRACAB e agente de pastoral da paróquia São Carlos, avalia o movimento como positivo, mas aponta a falta de conscientização efetiva dos moradores, porque "a idéia da mobilização veio de fora,

e mesmo com o engajamento dos moradores, tudo foi rápido demais. Agora, está começando o trabalho de base, que precisa ser fortalecido, ou a desmobilização vai ser tão rápida quanto o movimento."

ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO

A Federação Riograndense de Associações Comunitárias e Amigos de Bairros, 23 anos e mais de 400 filiais, tem por objetivo congregar as associações de moradores para que eles, organizados, possam reivindicar melhoria para os bairros. "A FRACAB deve assessorar suas lutas, estimular o surgimento de outras associações, provocar discussões que façam despertar a consciência, para que se produza organização, para empreender lutas conseqüentes, com embasamento, com força", diz Wenceslau Fontoura, presidente da entidade.

Mas nem sempre as reivindicações comunitárias são tão dramáticas quanto as da Vila São Carlos. A associação da avenida Cristóvão Colombo, fundada há 12 anos por um grupo de comerciantes, industriais e moradores, preocupa-se com problemas de iluminação, asfalto, policiamento, sujeira, alagamentos. "Estamos voltados para o Homem", diz seu presidente, Léo Wofchuk. "Nosso trabalho ampliado conta com gabinete dentário, médico, assistência jurídica, contábil, salão de festas e de reuniões, serviço de identificação, refeitório para funcionários das empresas; quase tudo pago através das mensalidades, alguns com pequenas taxas, como a consulta médica, que custa 800 cruzeiros."

A Associação promove também festividades em quase todas as datas especiais. De acordo com Wofchuk, a promoção de festas e desfiles é uma maneira de representar a comunidade, procurando dar lazer aos 970 associados, às pessoas do bairro, ou mesmo de fora. A maior festa é a da criança, que comemora seu dia na avenida, das 10 às 18 horas, com shows, palhaços e até velhas brincadeiras como a perna-de-pau.

Nada mais normal, segundo Fontoura: "Uma Associação se forma para resolver os problemas existentes. Quando eles não existem ou já foram resolvidos, ela se torna recreativa."

No mesmo local que foi palco de luta da Associação da Vila São Carlos, "um símbolo da tensão vivida pelo povo", conforme explicação do frei Mário Shuh, realizou-se, em março, o VI Encontro de CEBs — Comunidades Eclesiais de Base. Segundo Alcindo Dalcin, agente de pastoral e organizador do Encontro, as CEBs surgiram em 1956, "da necessidade que o povo simples tinha de celebrar sua fé, numa época pré-conciliar, de rebulição dentro da Igreja", e atualmente são locais de encontro do povo oprimido e crente, a organização do povo enquanto Igreja. "É o jeito de encontrar na Bíblia uma iluminação de fé para clarear a realidade concreta do oprimido, buscando sua transformação na união e na fraternidade. Todos querem ser homens dignos e livres da exploração."

A origem mais comum de uma CEB é

um grupo de vizinhança, de 15 a 20 pessoas, que faz leitura e interpretação da Bíblia, às vezes recebendo a visita do agente de pastoral para maior conhecimento e troca de experiência. Dalcin garante que uma CEB jamais poderá ser manipulada, porque "não há lugar para dominação. A busca de fraternidade e justiça implica numa mudança de relações e muito respeito pela opinião de cada um."

Nem dentro da Igreja, porém, há unanimidade sobre o trabalho das CEBs. Os padres mais tradicionais, especialmente em Porto Alegre, resistem a essa atuação. "A CEB não é anti-hierárquica", defende Dalcin. "Ela respeita seus pastores, sofrendo quando eles não conseguem acompanhá-la e dar o apoio que merece. A Igreja é a maior instituição com liberdade para manifestar os mais diferentes posicionamentos."

Já houve seis encontros de CEBs, e só nos últimos dois alguns bispos vieram dar o seu apoio. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) também incluiu no seu plano de pastoral prioridade de assistência às CEBs. "As críticas", insiste Dalcin, "vem das pessoas que olham de fora e com os olhos do sistema."

O RESPEITO AO ÍNDIO

Foi com essa mesma consciência cristã que muitas pessoas foram ver a exposição de fotografias de Assis Hoffmann, com a presença de missionários, índios e membros da FUNAI, em maio de 1977. Após a exposição, reuniu-se um grupo de pessoas que fundou a Associação Nacional de Apoio ao Índio, com base na crença de que o destino das populações indígenas brasileiras, se deixadas unicamente aos cuidados da agência oficial, teria diante de si trágicas perspectivas.

Denunciando descaracterizações, massacres, invasões de terras, aculturações e apoiando as lutas e reivindicações dos índios, os membros da ANAI assumem-se como participantes da sociedade branca, que oprimiu e massacrrou o índio. Por esse motivo, diz Raquel Cunha, secretária da Associação, "apoiamos todas as ações que envolvem justiça e direitos humanos, por entendermos que a origem da opressão do povo indígena é a mesma dos outros segmentos."

No momento, a luta da ANAI é pela reestruturação da FUNAI e mudança de sua política de aculturação do índio, que está comprometida com a política do governo. "Não teria sentido pedirmos a extinção da FUNAI, sabendo que, mesmo isso sendo possível, ela seria simplesmente substituída por um organismo igual e com outro nome", diz Raquel. "Repudiamos também a pobre e desqualificada campanha de ironia, que vem sendo utilizada para anular a importância de um povo massacrado que agora conseguiu uma cadeira no parlamento. Juruna merece todo respeito e reverência. Até as coisas que ele não entende, em que ele é ingênuo, são a expressão da realidade indígena. O que ele está sofrendo é a tirania da cultura, da obrigatoriedade de ser político de carreira, numa máscara com a qual se encobre o racismo."

AS MULHERES SE UNEM

A busca de espaço político fez também que o Dia Internacional da mulher deste ano registrasse um acontecimento que há muito não se via em Porto Alegre: a união dos grupos que trabalham em defesa da mulher. Liberta, SOS, Saúde e Sexualidade e até a desaparecida Federação das Mulheres Gaúchas, entre outros, reuniram-se em torno do Movimento Unitário da Mulher Gaúcha e fizeram uma programação conjunta dentro de uma semana de debates.

Julietta Balestro, que coordena as atividades do MUMG, lembra que o início do movimento de mulheres foi unitário, mas depois, em função de desentendimentos e diversidade de métodos, houve o "racha" e cada grupo passou a fazer a mesma coisa, separadamente. "Existem

grupos interessados em questões específicas femininas, outros que trabalham a nível mais geral, abrangendo o problema sócio-político, e outros que até esquecem as questões específicas. O Movimento não interfere ou substitui qualquer grupo, pelo contrário, deverá ser sua caixa de ressonância e servir como instrumento de articulação e intercâmbio dos vários grupos, incentivando a criação de outros.

Julietta Balestro entende até mesmo, embora encare de uma maneira diferente, as manifestações do Movimento Machista Mineiro, que surgiu este ano pedindo a volta das mulheres à cozinha. "Acho que eles, de algum modo, devem se sentir discriminados, e têm direito de se manifestar e procurar sair da situação de opressão."

Dentro das próximas lutas do MUMG, está a desmitificação do comercialismo do Dia das Mães, com divulgação e debates dos verdadeiros problemas das mães gaúchas. O Movimento participa também de concentrações de trabalhadores, como a de 19 de maio, em Caxias do Sul. "É muito importante, dentro das lutas específicas da mulher, levar a luta social", esclarece Julieta.

Não é apenas retórica. Julieta Balestro, membro da Comissão Nacional pró-CUT, participou da organização do movimento de 19 de maio, coordenada pela Intersindical do estado. Nesse dia, em todo Brasil, os trabalhadores fizeram um balanço da mobilização para a greve geral proposta pela pró-CUT.

"Existe potencialidade, o trabalhador está motivado em função do arrocho salarial, do desemprego, que mexe até com o instinto de sobrevivência. A greve geral tem que acontecer, se continuar a política de redução dos salários, mas tem que ser organizada, encaminhada. Não é possível abortá-la, mas também não podemos deixar passar o prazo, morrer no ventre" coloca Julieta.

"Pode haver repressão violenta", acrescenta ela, "já que o Presidente Figueiredo não demonstrou boa vontade para com a comissão que o procurou no dia internacional de luta, mas o governo já não tem sequer condições morais para oprimir como vem fazendo. Aqui, o governador recebeu os trabalhadores, mas não assumiu compromissos, não encarou a luta, significando que Jair Soares não está ao lado deles."

SOLIDARIEDADE

Um dos novos grupos surgidos em Porto Alegre, o Comitê de Apoio aos Povos da América Central, mostra que a organização da sociedade começa a extrapolar as questões nacionais. Reunindo entidades como o Centro de Evangelização e Catequese, o Sindicato dos Bancários, o Comitê Brasileiro pela Anistia, o Movimento de Justiça e Direitos Humanos e com o assessoramento da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, o Comitê busca a maior representatividade possível.

O grupo surgiu em março, depois que veio a Porto Alegre Jorge Iristi, assessor da ONU junto à Nicarágua, tentando criar um movimento local, como os que já existem no Rio e São Paulo, diz Ricardo Balestreri, da coordenação executiva provisória.

O Comitê pretende fazer um trabalho de conscientização popular a respeito da América Central, divulgando a real situação política, porque as informações que chegam ao Brasil são manipuladas. Já foi organizado um abaixo-assinado contra a invasão da Nicarágua e está sendo planejado um boletim sobre o país e a situação do movimento de apoio.

"Temos que fazer com que o governo brasileiro assumira realmente o princípio de não-intervenção. Há uma diferença entre a teoria e a prática, no que se refere à defesa da soberania. Mobilizar a opinião pública é importante, porque o Brasil não poderá ser francamente favorável a uma invasão e os Estados Unidos não poderão agir sem respaldo", acredita Ricardo.

Marta Regina Sfredo